

ORIENTAÇÃO

Senhores Licitantes/Fornecedores,
Considerando a dificuldade observada na localização dos certames com o advento da Nova Lei de Licitações e Contratos, segue orientação:

- 1) **Buscar o caminho: Serviços do Fornecedor > Dispensa/ Licitação Eletrônica (Novo)**
- 2) **Será aberta a seguinte tela:**

A imagem mostra a interface web do Compras.gov.br. No topo, há o logotipo e o nome 'Compras.gov.br'. Abaixo, há uma barra de navegação com 'Compras eletrônicas'. O conteúdo principal é dividido em duas abas: 'Minhas participações' e 'Todas as compras'. Abaixo das abas, há um texto explicativo: 'Nesta seção você poderá encontrar as compras em qualquer etapa. Caso queira uma consulta mais específica, basta refinar os parâmetros de pesquisa logo abaixo.' Segue uma caixa de 'Parâmetros de pesquisa' com os seguintes campos:

- Situação:** ☒ Em andamento, ☐ Finalizadas
- Etapa:** ☒ Abertas para participação, ☐ Em disputa, ☐ Em seleção de fornecedores
- Modalidade:**
- Critério de julgamento:**
- Unidade compradora:**
- Número da compra:**
- Botão:** Pesquisar

- 3) **Informe a unidade compradora: 070019 e o número da compra, seja ela dispensa ou licitação.**

Lembramos que, caso ainda tenha dificuldade, deverá entrar em contato com o telefone de suporte do Compras.Gov: 0800.978.9001.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E
CONTRATOS - SEÇÃO DE ELABORAÇÃO DE EDITAIS

LICITAÇÃO N.º 90.010/2024
Pregão Eletrônico – Registro de Preços
Protocolo n.º 8.976/2023 (PAD)

ABERTURA DA LICITAÇÃO
DIA 16/04/2024 às 14:00 HORAS

1. O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (UASG 070019), por meio dos Pregoeiros designados pela Portaria nº 388/2023, da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná – TRE/PR, torna público que fará realizar licitação, na **modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob a forma de REGISTRO DE PREÇOS, tipo menor preço global**, que será regido pela Lei nº 14.133/21, pelo Decreto 11.462/23 e demais legislações aplicáveis, de acordo com o presente edital e anexos.

1.1. No dia **16 (dezesseis) de abril de 2024, às 14:00 horas**, horário de Brasília – DF, será feita a abertura do certame, **exclusivamente por meio de sistema eletrônico** do Governo Federal que promove a comunicação pela Internet (Compras.gov.br - <https://www.gov.br/compras>).

1.2. Integram-se a este edital, independente de transcrição, o **Termo de Referência - Anexo I, a minuta da Ata de Registro de Preços – Anexo II, o Termo de Sigilo e Responsabilidade – Anexo III e a Minuta do Contrato – Anexo IV.**

2. DO OBJETO

2.1. **Registro de Preços para eventual contratação de empresa especializada para fornecimento, instalação, implantação, integração e manutenção de uma solução de “Racks Autônomos”, visando a proteção dos ativos de TI, simplificar a gestão e garantir a disponibilidade do Data Center secundário deste Tribunal, visando atender às necessidades deste Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, conforme especificações descritas no Termo de Referência, Anexo I.**

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO/DO CREDENCIAMENTO ESPECÍFICO PARA O PREGÃO ELETRÔNICO

3.1. Poderão participar deste certame as empresas:

- a) que estiverem devidamente credenciadas no sistema de Compras do Governo Federal (Compras.gov.br), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil e no SICAF (Sistema de Cadastro de Fornecedores;
- b) cujo objeto social expresso no estatuto ou contrato social especifique atividade pertinente e compatível com o objeto da presente licitação.

3.1.1. Para as microempresas e empresas de pequeno porte, a participação fica limitada a aquelas que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.2. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, e atendam ao art. 16 da Lei nº 14.133/21.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. Não poderá participar desta licitação:

3.4.1. Pessoa física.

3.4.2. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s).

3.4.3. Entidades empresariais reunidas em consórcio¹.

3.4.4. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.4.5. Pessoa jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

3.4.5.1. O impedimento de que trata o item acima será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.4.6. Aquele que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, conforme Resolução nº 07, de 18/10/2005, do Conselho Nacional de Justiça.

¹ Portaria DG TRE-PR 591/2022, art. 8º.

3.4.6.1. A proibição constante do item acima se estende até 06 (seis) meses, contados da abertura da licitação, após a desincompatibilização do magistrado ou servidor gerador da incompatibilidade (art. 2º, § 3º, da Resolução nº 07, de 18/10/2005, incluído pela Resolução nº 229, de 22/06/16, ambas do Conselho Nacional de Justiça).

3.4.7. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

3.4.8. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

3.4.9. Pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

3.4.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.

3.4.11. Agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.4.11.1. A vedação de que trata o item acima estende-se a terceiro que auxilia a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado, funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.5. Não será permitida a subcontratação total ou parcial do objeto.

3.6. A contratação de empresa pertencente a parente de magistrado ou servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo, poderá ser vedada por este Tribunal, quando, no caso concreto, seja identificado risco potencial de contaminação do processo licitatório (art. 2º, § 4º, da Resolução nº 07, de 18/10/05, incluído pela Resolução nº 229, de 22/06/16, ambas do Conselho Nacional de Justiça).

3.7. A licitante deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação do presente edital, em campo próprio do sistema eletrônico, como requisito para participação no Pregão Eletrônico.

3.7.1. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva da licitante, incluindo as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico ou de eventual desconexão. O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná não será responsável, em nenhum caso, pelos custos de tais procedimentos.

3.8. A licitante deverá estar inscrita no sistema eletrônico Compras.gov.br, no site <https://www.gov.br/compras>.

3.8.1. O credenciamento far-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

3.8.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

3.9. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.10. Ao participar de processo licitatório, o representante legal da LICITANTE, titular de dados pessoais, está ciente de que, para a execução do objeto deste contrato, a CONTRATANTE terá acesso aos seus dados, tais como: número de documentos, endereço eletrônico, cópias de documentos de identificação, bem como, que os referidos dados serão tratados pela Administração, conforme autorização legal prevista na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei nº 13.709/2018 – Art. 7º, inciso II.

4. ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇOS²

4.1. A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa da licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, **no valor unitário do item**, a partir da divulgação do edital até a data e hora da abertura da Sessão, **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**.

4.1.1. Até a abertura da Sessão Pública, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta.

4.2. A licitante responsabilizar-se-á por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a Sessão Pública.

4.3. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a Sessão Pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

4.4. O valor máximo aceitável unitário para esta contratação consta no item 8.1 do Termo de Referência – Anexo I.

4.4.1. As propostas deverão ser apresentadas pelo valor unitário do item, sendo que aquelas selecionadas ficarão à disposição da Administração, que se valerá dos preços registrados para a contratação.

4.5. A quantidade ofertada na proposta deverá corresponder ao

² A licitante deverá **analisar detalhadamente** o edital (e anexos) para formular proposta/lance firme e possível de cumprimento, sob pena de responsabilização administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021.

quantitativo total estimado para cada item, conforme item 8.1 do Termo de Referência, **Anexo I**.

4.6. Os preços propostos deverão ser finais, acrescidos de todas as despesas³ (custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto) e conter somente duas casas decimais, não sendo admitidos valores simbólicos, irrisórios ou iguais a zero, ensejando a desclassificação.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência – **Anexo I**, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos.

4.8. O CNPJ cadastrado no sistema Compras.gov, para fins de participação no certame, deverá ser o mesmo para efeito de emissão das notas fiscais/faturas para posterior pagamento.

4.8.1. Caso a licitante vencedora não possa emitir as notas fiscais/faturas com o mesmo CNPJ habilitado na licitação, poderá fazê-lo por meio de outra unidade (matriz ou filial) da mesma empresa. Nesse caso, ambos os CNPJs deverão estar com a documentação fiscal regular.

4.9. Serão irrelevantes quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas ou anexos não solicitados, considerando-se que, pelo preço proposto, a empresa obrigará-se à prestação do serviço descrito neste edital.

4.10. As propostas terão eficácia de 90 (noventa) dias, contados da data de abertura do certame.

4.11. A vigência da Ata de Registro de preços será de 12 (doze) meses, contados do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados.

4.12. Em razão do descritivo do Sistema Compras.gov (também reproduzido no documento “Relação de Itens”) não possuir o mesmo nível de detalhamento do objeto do certame e, ainda, devido à limitação dos códigos do SIASG, as propostas deverão atender às especificações constantes do Termo de Referência (**Anexo I**) deste edital.

4.13. A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema que:

4.13.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

³ Para o caso das cooperativas o valor final deverá contemplar, inclusive, a contribuição Previdenciária (conforme ADI RFB nº 1/17).

4.13.2. Não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

4.13.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

4.13.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.13.5. Cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021, quando organizado em cooperativa.

4.13.6. Quando enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.13.7. A falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5. DA ABERTURA DAS PROPOSTAS/SESSÃO PÚBLICA

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, em relação à proposta melhor classificada.

6. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A partir do início da Sessão Pública, as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada do seu recebimento e respectivo horário do registro e valor.

6.1.1. Os lances serão ofertados pelos valores UNITÁRIOS DOS ITENS.

6.2. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

6.2.1. A licitante só poderá ofertar lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema, observado o intervalo mínimo de diferença de valores de 1% (um por cento) entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

6.3. Em havendo dois ou mais lances de igual valor, prevalecerá o

lance que for registrado em primeiro lugar.

6.4. No transcurso da Sessão Pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.5. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.6. O Pregoeiro poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.

6.7. Para o envio de lances será adotado o **modo de disputa aberto**, descrito a seguir:

6.7.1. A etapa de envio de lances durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da Sessão Pública.

6.7.2. A prorrogação automática da etapa de envio de lances de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá, sucessivamente, sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

6.7.3. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a Sessão Pública será encerrada automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.7.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.7.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.8. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.9. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

6.9.1. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a Sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico usado para divulgação.

6.10. Não se admitirá proposta que apresente preços simbólicos,

irrisórios ou de valor zero, ensejando a desclassificação.

6.11. Os preços apresentados deverão ser compatíveis com a conjuntura do mercado, sendo que a apresentação da proposta implica a aceitação de todas as condições deste edital.

6.12. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

- a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos neste edital;
- c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.12.1. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a) Empresas brasileiras;
- b) Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- c) Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7. DA ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

7.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e a compatibilidade do preço em relação ao preço estipulado para a contratação.

7.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

7.3. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.3.1. Havendo solicitação de negociação, será encaminhada contraproposta ao fornecedor, que deverá apresentar resposta no período máximo de 30 (trinta) minutos a contar do recebimento da contraproposta.

7.4. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o

disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538/15.

7.4.1. Nessas condições, caso haja propostas apresentadas por microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas iguais ou até 5% superiores à proposta detentora do melhor lance e não sendo esta ME, EPP ou equiparada, será assegurada preferência de contratação, respeitado o que segue:

- a) A microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada melhor classificada, poderá apresentar proposta de preço inferior àquela detentora do melhor lance, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, após o encerramento dos lances, controlados pelo sistema, e após a comunicação automática para tanto, sob pena de preclusão.
- b) Caso o lance ofertado, conforme condições do item anterior, seja inferior ao menor lance original, o objeto será adjudicado em favor da microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada, se habilitada.
- c) Não ocorrendo a contratação da microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada na forma do subitem anterior, serão convocadas as demais ME, EPP ou cooperativas que se enquadrem na condição prevista, na ordem classificatória, para a manifestação do mesmo direito.
- d) Caso o empate persista até o encerramento do item, o Sistema fará um sorteio eletrônico entre os fornecedores envolvidos, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final de desempate.

7.4.1.1. Na hipótese de nenhuma empresa classificada (microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada) exercer o direito de preferência, o objeto será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, conforme item 7.6 e seguintes.

7.5. O Pregoeiro efetuará a aceitação, classificando a proposta de **MENOR PREÇO DO ITEM**.

7.5.1. Não será aceita proposta cujo quantitativo ofertado seja inferior ao estabelecido no item 8.1 do Termo de Referência – **Anexo I**.

7.5.2. Para a aceitação da proposta, a licitante deverá atentar para o fato de que todos os valores deverão **conter, OBRIGATORIAMENTE, apenas duas casas decimais**.

7.6. Na hipótese da proposta ou do lance de menor valor não ser aceito, ou se a licitante vencedora desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação na ordem de classificação, segundo o critério do **menor preço** e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

7.6.1. Ocorrendo a hipótese anterior, o Pregoeiro negociará com a licitante, no sentido de se obter melhor preço.

7.7. Serão desclassificadas as propostas de preços que:

- a) Não atenderem às exigências deste edital e seus anexos, desde que se trate de vício insanável;
- b) Apresentarem, após a fase de lances ou negociação, valores

superiores aos estabelecidos para a presente contratação ou preços manifestamente inexequíveis.

7.7.1. Considerar-se-ão preços manifestamente inexequíveis, de que trata o item anterior, aqueles que, comprovadamente, forem insuficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação pretendida.

7.7.1.1. Será considerado como indício de inexequibilidade valor ofertado inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor estabelecido neste edital.

7.7.2. Havendo indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 2º do art. 59 da Lei nº 14.133/21, para efeito de comprovação de sua exequibilidade.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Em conjunto com o exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e item 3 deste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica - Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

8.1.1. Por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, será realizada consulta ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade - CNIA, mantido pelo CNJ (https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php?validar=form) em nome do sócio majoritário da empresa licitante.

8.1.2. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*).

8.1.2.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

8.1.2.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

8.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.2. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.1 e 4.13.6 deste edital.

8.3. A documentação de habilitação consistirá em:

8.3.1. Habilitação jurídica:

- a) **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) **Microempreendedor Individual - MEI (desde que admitida a sua participação):** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- c) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- d) **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
- e) Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.3.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- c) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- d) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

8.3.3. Habilitação econômico-financeira:

- a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, datada dos últimos 180 (cento e oitenta)⁴ dias até a data de abertura do certame, conforme art. 69, caput, inciso II da Lei nº 14.133, de 2021.

8.3.4. Habilitação técnica:

8.3.4.1. Registro ou inscrição da proponente na entidade profissional competente (CREA), dentro do prazo de validade, onde constem seus responsáveis técnicos.

8.3.4.2. Indicação de pelo menos 01 (um) engenheiro mecânico,

⁴ Conforme Decreto nº 84.702 de 13 de maio de 1980.

engenheiro eletricista, engenheiro eletrônico ou engenheiro de telecomunicações, o qual será o responsável técnico (RT) e assumirá pessoal e diretamente a supervisão dos serviços contratados, mediante apresentação de contrato de prestação de serviços, registro em carteira de trabalho ou, ainda, em sendo proprietário, contrato social:

- a) Comprovação quanto ao registro do profissional responsável na entidade profissional competente – CREA, dentro do prazo de validade.

8.3.4.3. Atestado de capacidade técnica⁵, em nome da licitante, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, baseado em contratação anterior, onde conste execução bem-sucedida ou termo semelhante, que comprove ter a LICITANTE executado o fornecimento, instalação e manutenção de rack autônomo com características similares às solicitadas para esta contratação.

8.3.4.3.1. Ao TRE/PR será reservado o direito de efetuar diligências a fim de averiguar a veracidade do atestado apresentado,

8.3.5. A documentação exigida para fins de habilitação poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.3.5.1. A comprovação desta habilitação obtida on line pelo Pregoeiro, que verificará a validade dos documentos.

8.3.5.2. Caso conste no cadastro do SICAF algum documento habilitatório com data de validade expirada, o Pregoeiro poderá consultar o documento da licitante vencedora nas páginas (sítios) das entidades responsáveis pelo referido tributo.

8.3.5.2.1. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente por meio do sítio oficial, ou na hipótese de ela se encontrar vencida no referido sistema, a licitante será convocada a anexar, em campo próprio do Sistema Compras.gov, no prazo de 02 (duas) horas a contar da solicitação, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação⁶.

8.3.6. Para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração Pública, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

8.3.6.1. A não-regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

8.3.7. No caso de sociedades cooperativas deverão ser apresentados, ainda:

- a) Ata de fundação;

⁵ A exigência de atestados está restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação, sendo admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) de tais parcelas.

⁶ Conforme IN 03/2018 SICAF

- b) Estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
- c) Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia que os aprovou;
- d) Editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- e) Três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;
- f) Ata da sessão em que os cooperados autorizam a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
- g) Relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos para a contratação e execução do contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto no inciso XI do art.4º, inciso I do art. 21 e §§ 2º a 6º do art. 42 da Lei nº 5.764 de 1971;
- h) A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual (DRSCI) de cada um dos cooperados relacionados;
- i) A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- j) O registro previsto no art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- k) A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;
- l) A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

8.4. Exigir-se-á das licitantes as declarações:

- a) De que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme §1º do art. 63 da Lei nº 14.133/21;
- b) De que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- c) De que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
- d) De que cumpre as regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991;
- e) De que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
- f) Declaração de que atende aos requisitos de habilitação.

8.4.1. As declarações constantes no item acima serão exigidas no momento da elaboração e envio da proposta, por meio eletrônico, conforme item 4.13.

8.4.2. A licitante, cuja proposta tenha sido aceita, deverá encaminhar, em até 2 (duas) horas, a partir da solicitação do Pregoeiro, os documentos que não constem no SICAF e no caso de cooperativas, os documentos exigidos 8.3.7, incluindo-os como anexos no Sistema Compras.Gov.

8.5. Os documentos complementares à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, deverão ser encaminhados em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico.

8.6. O prazo previsto nos itens 8.4.2 e 8.5 poderá ser prorrogado por igual período em decorrência de solicitação do licitante, mediante justificativa aceita, ou de ofício, quando o Pregoeiro constatar ser insuficiente⁷.

8.7. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.8. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste edital e seus anexos, o Pregoeiro considerará a licitante inabilitada, a qual poderá sofrer as sanções cabíveis.

8.9. Após a homologação correspondente, os preços serão registrados para futura utilização pelo Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

9. DA POSSIBILIDADE DE REDUÇÃO DE PREÇOS E FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

9.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o Cadastro de Reserva, que se refere ao registro:

9.1.1. Das licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

9.1.2. Das licitantes que mantiverem sua proposta original.

9.2. No prazo de até 1 (um) dia útil contado da homologação da licitação, os interessados em compor o Cadastro de Reserva deverão enviar e-mail para scon@tre-pr.jus.br, com as seguintes informações:

Empresa:
CNPJ:
Endereço completo (com CEP):
Telefone:
E-mail:
Banco:
Agência:
Nº Conta Corrente:
Nome do Representante Legal (que assinará o contrato):

⁷ Conforme Instrução Normativa SEGES nº 73/2022 que regulamenta o pregão eletrônico, Art. 39, §5º.

CPF do Representante Legal (que assinará o contrato):
Número da Licitação:
Número do(s) item(ns) para os quais deseja participar do Cadastro de Reserva:
Valor(es) ofertado(s) para cada item, nos termos dos itens 9.1.1 e 9.1.2:

9.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação das licitantes registrados na ata.

9.3.1. A apresentação de novas propostas na forma de Cadastro de Reserva não prejudicará o resultado do certame em relação à licitante mais bem classificada;

9.3.2. Para fins da ordem de classificação, as licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aquelas que mantiverem sua proposta original.

9.4. O chamamento das licitantes que comporão o Cadastro de Reserva será efetuado quando houver necessidade de contratação, nas seguintes hipóteses:

9.4.1. Quando a licitante vencedora não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos neste edital;

9.4.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23;

9.4.3. Quando houver a necessidade de contratação, nos termos do item 9.4, serão observados os procedimentos de aceitabilidade das propostas bem como avaliadas as condições de habilitação das licitantes, conforme itens 7 e 8 deste edital.

9.5. Na hipótese de nenhuma das licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

9.5.1. Convocar as licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

9.5.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

10. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. Homologado o resultado da licitação, a licitante vencedora terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para assinar a Ata de Registro de Preços, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

10.2. O prazo para a assinatura estabelecido no item anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito por este Tribunal.

10.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

10.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência – Anexo I, com a indicação da licitante vencedora, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

10.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

10.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

10.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, conforme disposto no item 9.

10.8. Poderá ser autorizada a utilização da Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes, nos termos previstos no Decreto nº 11.462/23, bem como no **Anexo II** (minuta do Ata de Registro de Preços) deste edital.

11. DOS DOCUMENTOS A SEREM ENTREGUES APÓS A ASSINATURA DO CONTRATO⁸

11.1. Das informações a serem encaminhadas antes da assinatura do contrato: em até 3 (três) dias úteis contados da homologação do certame, a licitante vencedora deverá encaminhar, via e-mail, para a Seção de Contratos (scon@tre-pr.jus.br), com cópia para a Seção de Execução Orçamentária (seo@tre-pr.jus.br), as seguintes informações:

Empresa:
CNPJ:
Endereço completo (com CEP):
Telefone:
E-mail:
Banco:
Agência:
Nº Conta Corrente:
Nome do Representante Legal (que assinará o contrato):
CPF do Representante Legal (que assinará o contrato):

11.1.1. O título do e-mail solicitado no item 9.1 deverá ser: PE xx/2024

⁸ Sem prejuízo de demais documentos que eventualmente sejam solicitados neste edital e seus anexos.

– Informações para formalização da contratação.

11.2. Do documento a ser encaminhado após a assinatura do contrato: Contratada deverá entregar ao gestor da contratação, em até 5 (cinco) dias úteis contados da assinatura do contrato, a declaração constante no **anexo III** (Termo de Sigilo e Responsabilidade), garantindo o cumprimento da Política de Segurança da Informação da Justiça Eleitoral.

11.2.1. O documento acima referido deverá ser preenchido e assinado pelo Representante Legal da empresa.

12. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

12.1. O prazo para envio de pedidos de esclarecimentos, que deverão ser feitos por meio eletrônico (*e-mail* peap@tre-pr.jus.br), é de até 03 (três) dias úteis anteriores à data da abertura da Sessão.

12.2. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de até 3 (três) dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

12.4. Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da Sessão Pública, qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital, por meio eletrônico, pelo *e-mail* peap@tre-pr.jus.br, sendo necessário que o arquivo seja encaminhado na extensão “.doc”, possibilitando a inserção no sistema Compras.gov pelo Pregoeiro.

13. DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

13.1. A despesa com a presente licitação correrá à conta dos elementos que serão especificados quando da solicitação dos itens.

13.2. Após a indicação da empresa vencedora pelo Pregoeiro e devidamente autorizada pela Diretoria Geral, a Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, procederá à emissão da NOTA DE EMPENHO, para formalizar o contrato pertinente.

13.3. O TRE-PR - SCON convocará a empresa vencedora para assinar o Contrato, concedendo-lhe o prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da intimação do ato, sob pena de decair o direito à contratação, independentemente das penalidades cabíveis.

14. DO PAGAMENTO

14.1. Conforme disposições constantes na minuta do contrato.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/21, comete infração administrativa a licitante que, com dolo ou culpa.

15.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro;

15.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial, quando:

- a) Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b) Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c) Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva.

15.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

15.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.

15.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

15.1.5. Fraudar a licitação.

15.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- a) Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- b) Induzir deliberadamente a erro no julgamento.

15.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

15.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

15.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá aplicar às licitantes e/ou adjudicatárias as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- a) Advertência (aplicada às faltas leves, de menor gravidade, que não acarretarem prejuízo de monta ao interesse do serviço);
- b) Multa (aplicada no percentual de 0,5% (meio por cento) a 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor da contratação);
- c) Impedimento de licitar e contratar (para infrações de maior gravidade); e
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade (para infrações que justifiquem a imposição de penalidade mais grave do que a sanção de impedimento de licitar e contratar).

15.2.1. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e

declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

15.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que resultarem das condutas sancionadas para a Administração Pública;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.4. Para as infrações previstas nos itens 15.1.1 e 15.1.2 a licitante estará sujeita à multa de 0,5% (meio por cento) a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação.

15.5. Para a infração prevista no item 15.1.3 licitante estará sujeita à multa de 10% (dez por cento) do valor total da contratação.

15.6. Para as infrações previstas nos itens 15.1.4 a 15.1.8 estará sujeita a multa 15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

15.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 15.1.1 a 15.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

15.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 15.1.4 a 15.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 15.1.1 a 15.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave do que a sanção de impedimento de licitar e contratar, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

15.9. Nos termos da Lei nº 14.133/21, fica a licitante vencedora sujeita às penalidades previstas na minuta do Contrato (anexa a este edital).

15.10. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

15.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte)

dias úteis, contado do seu recebimento.

15.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

15.15. As multas imputadas, cujo montante seja superior ao mínimo estabelecido pelo Ministério da Fazenda e não pagas no prazo concedido pela Administração, serão inscritas em Dívida Ativa da União e cobradas com base na Lei nº 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária.

15.16. A aplicação de qualquer sanção administrativa será precedida de abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, considerando-se eficazes as intimações e notificações encaminhadas ao endereço eletrônico (e-mail) informado no sistema de cadastramento de fornecedores – SICAF.

15.17. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

16. DOS RECURSOS

16.1. Das decisões proferidas pelo Pregoeiro, caberão recursos nos termos do artigo 165 da Lei nº 14.133/21.

16.2. A empresa licitante poderá apresentar razões do recurso no prazo de 3 (três) dias, no momento da divulgação do vencedor desde que manifestado imediata e motivadamente a intenção de recorrer, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista dos autos.

16.2.1. Os procedimentos citados no item anterior serão realizados exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico.

16.3. A falta de manifestação imediata e motivada importará na decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto ao vencedor.

16.4. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

16.5. Os recursos administrativos correspondentes à fase contratual correrão de acordo com os procedimentos especificados no artigo 166 da Lei nº 14.133/21.

17. DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, nos termos dos artigos 41 e 42 da IN SEGES/ME 73/21.

17.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

17.3. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

17.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

17.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

17.6. Para efeito de envio de documentos a serem inseridos no sistema Compras.gov, considera-se o horário das 12h às 18h.

17.7. No caso de processo administrativo e durante o seu transcurso, as notificações às empresas poderão ser efetivadas por meio eletrônico, tais como e-mail ou aplicativo *Whatsapp*, presumindo-se eficaz a sua realização com o aviso de confirmação de recebimento do documento.

17.8. Este Tribunal reserva-se o direito de optar pela adjudicação à empresa colocada em segundo lugar, e assim sucessivamente, se a primeira colocada não apresentar os documentos exigidos ou não atender às qualificações do presente edital, sujeitando-se a empresa recusante às penalidades legais cabíveis.

17.9. O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná poderá anular ou revogar a presente licitação, no todo ou em parte, conforme previsto em lei.

18. INFORMAÇÕES

18.1. Será possível a realização do *download* de todos os arquivos pertinentes a este edital, na *home page* do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (www.tre-pr.jus.br) e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (www.gov.br/pncp/pt-br).

18.2. Outras informações e esclarecimentos relativos à licitação e condições poderão ser obtidos através dos contatos abaixo:

1. Comissão de Contratação: pelos telefones (41) 3330-8604, (41) 3330-8495, (41) 3330-8741 ou e-mail cpl@tre-pr.jus.br;

2.Seção de Elaboração de Editais: pelos telefones (41) 3072-4796 / 3330-8598 / 3330-8753 ou e-mail seled@tre-pr.jus.br.

18.3. O horário para atendimento é de segunda a sexta-feira das 12h às 18h.

Curitiba, 03 de abril de 2024.

Sandra Mara Kovalski dos Santos
Pregoeira



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

- 1.1. Registro de preços para contratação de empresa especializada para fornecimento, instalação, implantação, integração e manutenção de uma solução de “Racks Autônomos”**, visando a proteção dos ativos de TI, simplificar a gestão e garantir a disponibilidade do Data Center secundário deste Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, conforme especificações descritas no presente Termo de Referência.
- 1.2. Natureza do Objeto:** Contratação de Solução com fornecimento de bens e serviços.
- 1.3. Prazo do contrato e Prorrogação:** O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) meses contados da assinatura do Contrato.
- 1.4. Código SIASG:** 348.787.

2. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

- 2.1.** A presente contratação visa a solução para racks da TI com fornecimento de racks autônomos, instalação completa, transferência de todos os equipamentos críticos do Site Secundário para os racks integrados, manutenção preventiva, corretiva e suporte, garantias, provendo, assim, a proteção necessária para as cargas de trabalho.
- 2.2.** Nos últimos anos as áreas técnicas de rede e infraestrutura do TRE-PR realizaram diversas melhorias na disponibilização de recursos computacionais para atendimento de demandas de todas as áreas da instituição. Entre essas melhorias, está a contratação de enlaces de dados redundantes, equipamento de núcleo da rede distribuído, arquitetura de virtualização e containerização de aplicações, entre outros. Essas redundâncias básicas estão instaladas na sala do Site Secundário, onde atualmente a garantia de disponibilidade de recursos de alimentação elétrica e climatização está degradada devido ao tempo de uso dos equipamentos para esse fim. Além disso, não há proteção quanto a detecção e extinção de incêndio.
- 2.3.** Os racks integrados autônomos possuem módulos de alimentação elétrica ininterrupta (*no-break*), climatização e detecção e extinção de incêndio embutidos em sua estrutura.
- 2.4.** Considerando a característica intrínseca de mobilidade dos racks integrados e a simplicidade de gestão contratual, frente à uma sala segura, a solução viabiliza seu

transporte para outra área sem a necessidade de intervenções nos ambientes que a receberão, evitando assim eventuais custos de adaptação de infraestrutura predial, bastando apenas a necessidade de alimentação elétrica.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO

3.1. Do prazo para execução: A instalação e comissionamento do rack autônomo e seus componentes deve ser concluída pela empresa contratada em até 90 (noventa) dias corridos contados da assinatura do contrato.

3.1.1. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias corridos de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

3.2. Do local de entrega: as entregas deverão ser realizadas no Fórum Eleitoral de Curitiba, na Rua João Parolin nº 55 – Prado Velho, Curitiba/PR, no horário das 13h às 18h, mediante prévio agendamento junto à Seção de Infraestrutura de Datacenter e Servidores, através dos e-mails sids@tre-pr.ius.br ou coinf@tre-pr.ius.br.

3.3. Da descrição do objeto: a contratada deverá fornecer a solução completa e atender todos os requisitos conforme descritos nos itens abaixo:

3.3.1. Racks completos (autônomos): Os racks deverão possuir a capacidade para prover infraestrutura completa para cargas de trabalho de TI, incluindo:

3.3.1.1. O fornecimento de energia elétrica ininterrupta com o uso de nobreaks, além de sua distribuição interna.

3.3.1.2. Gerenciamento térmico com o uso de ar condicionado, corredores quente e frio internos ao gabinete e ventiladores de emergência.

3.3.1.3. Sistema de monitoramento do ambiente, com integração de todos seus componentes.

3.3.1.4. Deverá possuir no máximo as seguintes dimensões: 2200mm de altura (44U), 800mm de largura e 1400mm de profundidade.

3.3.1.5. Possuir no mínimo 24Us livres para ativos de TI.

- 3.3.1.6.** Sua pintura deverá ser eletroestática.
- 3.3.1.7.** Os cabos internos ao gabinete deverão ser pré-configurados em fábrica, de modo que estejam acomodados em infraestrutura própria para proteção física.
- 3.3.1.8.** O rack deverá possuir iluminação LED que acenderá automaticamente com a abertura da porta.
- 3.3.1.9.** O sistema de climatização não deverá rejeitar calor na sala onde serão instalados os racks, devendo ser previsto o uso de condensadora externa ou sistema de exaustão por dutos.
- 3.3.1.10.** O rack deverá ser fornecido com painéis de fechamento de 1U em quantidade suficiente para todas as posições disponíveis para ativos de TI, possuindo ainda a característica de ser instalado sem uso de ferramentas ("*tool less*").

3.3.2. UPS (Uninterruptible Power Supply).

- 3.3.2.1.** O UPS integrado ao rack deverá ser de no mínimo 5kVA, a configuração 230V monofásica com autonomia mínima de 09 (nove) minutos a uma carga de 3 kW, topologia True On-Line/Dupla Conversão, para alimentação de cargas críticas.
- 3.3.2.2.** Deverá ter seu formato de 19" rack mount; com conjunto de baterias VRLA.
- 3.3.2.3.** As seguintes normas obrigatórias devem ser atendidas: IEC/EN 62040-1. IEC/EN 62040-2. IEC/EN/AS60950. IEC/EN/ AS61000. (IEC/EN/AS60146 e 60529). IEC62040-3 Classe 2/C.
- 3.3.2.4.** A refrigeração do equipamento deverá ser do tipo Forçada.
- 3.3.2.5.** A ventilação deverá ser frontal, com tomada de ar pela frente e exaustão traseira.
- 3.3.2.6.** A eficiência deverá ser de no mínimo 95% em modo dupla-conversão, a plena carga.
- 3.3.2.7.** A dissipação térmica deverá ser no máximo de 0.35kW num cenário de carga de 5 kW operando em dupla conversão.

3.3.2.8. O ruído audível do equipamento deverá ser menor que 60 dB A @ 3 kW medido a 1m frontal da UPS a plena carga.

3.3.2.9. O conjunto UPS e baterias deverão ocupar no máximo 6Us.

3.3.2.10. Características da entrada (Retificador):

3.3.2.10.1. Tensão de Entrada: 230V monofásico

3.3.2.10.2. Fator de Potência de Entrada de no mínimo 0,98

3.3.2.10.3. A UPS deverá tolerar variações de 40Hz a 70Hz na entrada, mantendo 60Hz na saída do inversor, fazendo a regulação sem transferir para as baterias.

3.3.2.10.4. A UPS deverá tolerar variações de 176V a 280V na entrada, mantendo 208V na saída do inversor, fazendo a regulação sem transferir para as baterias.

3.3.2.11. Características da saída (Inversor):

3.3.2.11.1. Capacidade instalada: 5kVA.

3.3.2.11.2. Tensão de Saída: 220V F+N+T.

3.3.2.11.3. Deverá possuir o sistema inversor / retificador PWM (*Pulse Width Modulation*) usando IGBTs (*insulated-gate bipolar transistors*).

3.3.2.11.4. THDV (distorção harmônica total da corrente) de $\leq 3\%$ para cargas lineares e $\leq 5\%$ para cargas não lineares.

3.3.2.11.5. Sobrecarga admissível de até 5 min para cargas entre 105% e 125% e de até 1 min para cargas entre 125% e 150%. Maior que 150% por pelo menos 200 ms.

3.3.2.11.6. Fator de crista 3:1.

3.3.2.12. Deverá possuir Baterias V.R.L.A (*Valve Regulated Lead Acid*) - Chumbo-Ácido selado regulado por válvula, livre de manutenção, a prova de vazamento, própria para uso em equipamentos do tipo UPS. Não será aceito equipamento com uso de bateria do tipo automotiva ou similar.

3.3.2.13. Deverá ser possível energizar o equipamento com partida a frio, somente pelas baterias.

3.3.2.14. Deverá possuir capacidade expansível através da adição de mais módulos de baterias externas.

3.3.2.15. Demais condições ambientais:

3.3.2.15.1. Em conformidade com EM 62040-1 EM 62040-2 e VFI-SS-111.

3.3.2.15.2. Temperatura de operação 0 a 40 °C.

3.3.3. Réguas de distribuição e cabos de energia.

3.3.3.1. Régua inteligente gerenciável de 32 A, Zero U, com pelo menos 24 tomadas (18 padrão C13 e 06 padrão C19), monitoramento remoto (grandezas elétricas) e controladas (ligadas/desligadas) via software remoto incorporado.

3.3.3.2. Deverão ser fornecidos os cabos de alimentação na mesma quantidade de tomadas disponíveis, o comprimento mínimo deve ser de 1,8 metros.

3.3.3.2.1. Cabos C13-C14.

3.3.3.2.1.1. Deverá possuir conector (1) Padrão IEC-320-C14.

3.3.3.2.1.2. Deverá possuir conector (1) Padrão IEC-320-C13.

3.3.3.2.2. Cabos C19-C20.

3.3.3.2.2.1. Deverá possuir conector (1) Padrão IEC-320-C19.

3.3.3.2.2.2. Deverá possuir conector (1) Padrão IEC-320-C20.

3.3.4. Sistema de monitoramento, gerenciamento e supervisão integrada.

- 3.3.4.1.** O rack autônomo deverá possuir plataforma de monitoramento ambiental e supervisão dos componentes de forma integrada, que permita realizar o monitoramento de sensores ambientais e supervisão dos dispositivos em tempo real e apresentar notificações imediatas de problemas.
- 3.3.4.2.** Deverá possibilitar o controle e gerenciamento remotos por interface web.
- 3.3.4.3.** Deverá se conectar e monitorar os sistemas de energia e refrigeração via protocolos SNMP, MODBUS RS485 ou slot inteligente na UPS.
- 3.3.4.4.** Deverá ter integrado pelo menos os seguintes sensores: 2 (dois) sensores de temperatura, 2 (dois) sensores de abertura da porta (frontal e traseira) do rack, 1 (um) sensor de detecção de líquido e 1 (um) sensor de fumaça.
- 3.3.4.5.** Deverá possibilitar a visualização de todos os parâmetros disponíveis, ambientais e de funcionamento dos componentes monitoráveis em telas gráficas via interface web e display de LCD acoplado ao gabinete.
 - 3.3.4.5.1.** UPS - deverão ser monitoradas no mínimo as seguintes grandezas de entrada e saída: tensão, potência, frequência, porcentagem de carga, autonomia percentual, autonomia restante em minutos e alarmes gerais.
 - 3.3.4.5.2.** Climatização - deverão ser monitoradas no mínimo as seguintes grandezas: Temperatura de cada um dos sensores, temperatura de insuflamento, temperatura de retorno, umidade relativa de insuflamento e retorno, vazão, alarmes gerais e status gerais dos equipamentos.
 - 3.3.4.5.3.** Ambiente – deverão ser monitorados todos os status digitais, tais como abertura de portas, central de incêndio, sensores de líquido, status das máquinas de ar e correlacionados.
- 3.3.4.6.** Deverá possibilitar o monitoramento de alarmes e envio de alertas via e-mail.
- 3.3.4.7.** Deverá permitir a integração sistemas de supervisão via protocolo SNMP.

3.3.4.8. O sistema de gerenciamento dos racks autônomos, deve ser obrigatoriamente do mesmo fabricante dos racks e deve monitorar de forma integral a solução.

3.3.5. Sistema de Detecção e Combate a Incêndio com gás inerte.

3.3.5.1. Deverá ser fornecida com uma solução modular, autônoma de detecção e combate a incêndio integrada e instalada no racks.

3.3.5.2. A solução deverá ser provida de sistema de combate a incêndio automático supressor de combustão por inundação com gás inerte (Novec 1230 ou HFC-227).

3.3.5.3. O combate deverá ser instalado em todo o confinamento, ficando este um ambiente estanque.

3.3.5.4. Os módulos deverão ter cilindros com cabeçote de atuação, atender os ambientes através de difusores apropriados à dispersão nos racks confinados, o sistema de supressão automático com a aplicação de gás deverá atuar por inundação completa do ambiente enclausurado com o gás inerte, em volume recomendado pelas normas, para o ambiente, o sistema deve atender a norma Americana NFPA 2001 e ter aprovação UL ou equivalente, sendo que cada módulo deverá prover proteção para até 3m³.

3.3.5.5. Além da descarga automática deverá possibilitar acionamento manual e dispositivo que permite o bloqueio do processo de contagem (temporização) em curso para difusão do gás.

3.3.5.6. O sistema deve ser acionado automaticamente por um laço de detectores de fumaça interligados a um servidor de controle central e este controle deverá ter chaveadores para bloquear a descarga de gás e também o acionamento manual, e conter ainda um temporizador e sinalizadores áudios visuais dentro e fora da sala.

3.3.5.7. O sistema deverá ser projetado para proteção interna do rack e operação conjunta dos módulos da solução.

3.3.5.8. A solução deverá possuir:

3.3.5.8.1. Alimentação elétrica no mínimo em 220/230V.

3.3.5.8.2. Buzzer interno de aviso.

3.3.5.8.3. Controle e monitoramento local e remoto.

3.3.5.8.4. Indicadores de alarme / falha visual.

3.3.5.8.5. Sistema supressão baixa pressão. 240 psi – 16,5 bar.

3.3.5.8.6. Conexão TCP/IP.

3.3.5.8.7. Bateria interna para uso em emergência de fornecimento de energia por 24 horas.

3.3.5.8.8. Sistema de detecção óptico com 4 zonas de detecção independentes, com detecção cruzada.

3.3.5.8.9. Integração com o sistema de supervisão da solução e outros sistemas de supervisão via protocolo SNMP, modbus ou webserver.

3.3.6. Sistema de climatização de precisão.

3.3.6.1. O sistema de climatização integrado ao rack autônomo deverá possuir pelo menos 3.5kW de capacidade de refrigeração.

3.3.6.2. Deverá ser capaz de suportar a carga térmica do UPS além da oferta de climatização da carga de TI.

3.3.6.3. Metodologia de refrigeração: expansão direta a ar.

3.3.6.4. Deverá ser posicionado na parte inferior do rack.

3.3.6.5. Deverá compartilhar da mesma fonte de alimentação do rack autônomo.

3.3.6.6. Gás Refrigerante do Tipo R410A.

3.3.6.7. Vazão de Ar de com ventiladores do tipo ECFAN (*Electronically Commutated FAN*), de velocidade variável.

3.3.6.8. Condensadora externa (com rede de dutos acoplados para exaustão do calor).

- 3.3.6.9.** Sentido do Fluxo de Ar Interno sendo da traseira (corredor quente) para frente (corredor frio).
- 3.3.6.10.** Deverá possuir no mínimo 2 ventiladores/exaustores de backup de refrigeração, alimentados pelo sistema de UPS, serão acionados todas as vezes que o rack estiver operando pelas baterias, e/ou quando o sistema de ar condicionado estiver em pane. Em ambos os casos, a refrigeração de backup deve prover a circulação de ar pelo rack, realizando a tomada de ar pela parte frontal do rack, circulando o ar pelos ativos de TI e descarregando o ar quente pela parte superior ou traseira do rack.

3.4. Da Instalação da solução.

- 3.4.1.** Deverá ser realizada vistoria do local de instalação indicado pelo CONTRATANTE, levantando as condições físicas do local de instalação, incluindo:
- 3.4.1.1.** aferição do espaço físico para alocação da Solução;
- 3.4.1.2.** verificação do ponto de derivação para alimentação elétrica da Solução, com confirmação das condições de fornecimento de energia para o sistema e levantamento das distâncias entre ponto de alimentação e a Solução;
- 3.4.1.3.** verificação do local de instalação da condensadora remota externa, com levantamento da distância entre evaporadora e condensadora;
- 3.4.1.4.** levantamento das condições de transporte horizontal e vertical da Solução e componentes até o local de instalação.
- 3.4.2.** Deverá ser confeccionado um relatório de vistoria com indicação e análise dos ambientes físicos e condições de instalação, incluindo relatório fotográfico dos ambientes e posterior emissão de laudo de validação do local de instalação indicado pela CONTRATANTE, com sustentação técnica da decisão por parte da CONTRATADA.
- 3.4.3.** Deverá ser confeccionado o projeto executivo da instalação da Solução, contemplando no mínimo:
- 3.4.3.1.** Layout do ambiente de instalação com indicação da Solução no local de instalação em prancha de projeto;

- 3.4.3.2.** Diagrama unifilar das instalações;
- 3.4.3.3.** Desenho isométrico das instalações dos climatizadores de precisão, indicando distâncias verticais e horizontais.
- 3.4.3.4.** Deverá ser realizada emissão de ART de projeto pelo responsável técnico da CONTRATADA, bem como a confecção do DATABOOK do sistema da Solução, contemplando todos os manuais de instalação e operação de todos os subsistemas;
- 3.4.3.5.** Confecção do plano de garantia e suporte técnico, indicando os canais de acionamento e abertura de chamados, com indicação dos horários de atendimento e canais de comunicação.
- 3.4.4.** O rack autônomo deverá ser transportado pela CONTRATADA até o local de instalação, incluindo todo o material necessário para perfeita execução dos serviços contratados.
- 3.4.5.** É de responsabilidade da contratada a ligação elétrica do rack autônomo com o quadro elétrico existente, devendo ainda garantir as boas práticas de instalações elétricas e substituir ou instalar qualquer componente ou material adicional que se faça necessário para sua adequada alimentação.
- 3.4.6.** As condensadoras deverão ser instaladas na área definida para esse fim, seguindo o padrão atual de instalação das demais condensadoras que atendem o prédio do Fórum Eleitoral de Curitiba. É responsabilidade exclusiva da contratada a instalação das condensadoras, base de apoio, linhas frigorígenas, alimentadores, calhas, tubulações e demais itens que possibilitem o correto funcionamento do sistema de climatização.
- 3.4.7.** A empresa não poderá exceder o prazo total de 90 (noventa) dias corridos a contar da data de assinatura do contrato para a efetuar a entrega, instalação, execução e finalização de toda a solução.
- 3.4.8.** Para que não ocorra problemas de atraso na entrega da solução, sugere-se preventivamente que a empresa inicie o atendimento em até 30 (trinta) dias corridos, após início do contrato.
- 3.4.9.** Serviços de instalação elétrica.

- 3.4.9.1.** Deverá contemplar minimamente a preparação do ponto de derivação da alimentação elétrica, com a instalação de disjuntor de derivação em painel elétrico indicado como ponto de derivação na infraestrutura existente no local de instalação, corretamente dimensionado.
- 3.4.9.2.** Instalação do circuito alimentador da Solução, corretamente dimensionado, em conformidade com a NBR 5410.
- 3.4.9.3.** Deverá ser considerada infraestrutura de acomodação e proteção física do circuito em eletrocalhas metálicas, em conformidade com NBR 5410.
- 3.4.9.4.** Deverá ser realizada a conectorização do circuito no disjuntor de alimentação geral, como também a conectorização do circuito ao disjuntor geral da Solução no painel de alimentação da Solução.

3.4.10. Serviços de instalação de rede frigorígena.

- 3.4.10.1.** As condensadoras deverão ser transladadas até o local de instalação.
- 3.4.10.2.** As condensadoras deverão ser instaladas em suporte de fixação com calços antivibrantes.
- 3.4.10.3.** As linhas frigorígenas deverão ser corretamente dimensionadas, em consonância com os requisitos indicados pelo fabricante.
- 3.4.10.4.** A rede frigorígena deverá ser em tubos de cobre sem costura, parede dupla, com distância linear máxima de 20 (vinte) metros de linha equivalente entre o conjunto evaporadora-condensadora. Os suportes e ancoramento das tubulações, no piso, teto e paredes deverão ser realizados com sistemas de canaletas metálicas, perfilados, barras rosqueadas, chumbadores parabolt e fixadores de tubos em cunha cônica de aperto, tipo SRS. As linhas deverão ser isoladas com revestimento de borracha elastomérica de 19 mm de espessura, tubulações instaladas ao tempo com revestimento em lâminas de alumínio corrugado.
- 3.4.10.5.** Observar as melhores práticas indicadas pelo fabricante do equipamento de climatização de precisão.

3.4.10.6. Todo o material necessário para correta instalação das linhas frigorígenas, condensadoras e qualquer outro componente necessário deverá ser fornecido pela empresa contratada.

3.4.10.7. Deverá contemplar minimamente a instalação das condensadoras por traslado de sua(s) unidade(s) e ao local de instalação.

3.5. Do comissionamento da solução.

3.5.1. A contratada deverá realizar os testes descritos neste Termo de Referência com a finalidade de garantir o pleno funcionamento da solução contratada. A critério do TRE-PR, poderão ser solicitados testes adicionais durante o processo de comissionamento.

3.5.2. A alimentação elétrica, UPS e climatização deverão estar operando normalmente para início dos procedimentos descritos.

3.5.3. Todos os testes deverão ser realizados com carga resistiva de 3kW posicionada dentro do rack autônomo.

3.5.3.1. A mesma carga será utilizada para teste de autonomia da UPS.

3.5.4. Serão testados os alarmes e envios de mensagens automáticas, gerados no instante de eventos críticos, para alertar a equipe técnica. Deverão ser simulados os seguintes cenários:

3.5.4.1. Defeitos no funcionamento do sistema de climatização;

3.5.4.2. Defeito no funcionamento da UPS;

3.5.4.3. Defeito no funcionamento dos sensores ambientais, incluindo sistema de detecção e combate a incêndio.

3.5.5. As tomadas da régua PDU, devem ser testadas com carga de até 300 Watts, e confirmada a identificação do consumo no sistema supervisor.

3.5.6. Todos os sistemas devem operar por no mínimo 02(duas) horas nas condições acima especificadas.

3.5.7. Deverá ser testado o sistema de iluminação.

- 3.5.8.** Todos os alarmes gerados devem ser recebidos pelo sistema supervisorio local e gerados remotamente através do protocolo SNMP.
- 3.5.8.1.** Todas as MIBs SNMP do sistema, tanto para grandezas monitoradas quanto para alarmes, devem ser fornecidas pela contratada.

4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 4.1. Da sustentabilidade:** Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:
- 4.1.1.** Utilização de equipamentos novos, com maior eficiência energética, menor necessidade de manutenção e maior tempo de vida.
- 4.1.2.** Monitoramento do ambiente de forma remota, evitando a presença de colaboradores para aferição de índices referentes a temperatura, consumo de energia e dados correlatos.
- 4.1.3.** Em conformidade com a IN SLTI/MPOG n. 01/2010, a Contratada deverá cumprir com os seguintes requisitos de sustentabilidade ambiental, quando aplicável:
- 4.1.3.1.** Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2.
- 4.1.3.2.** Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.
- 4.1.3.3.** Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.
- 4.1.3.4.** Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (*Restriction of Certain Hazardous Substances*), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

- 4.1.3.5.** As peças, materiais e componentes já usados, substituídos, com exceção dos fluidos, deverão ser entregues à CONTRATANTE, limpos, embalados e identificados adequadamente para que a mesma dê o destino dos mesmos.
- 4.1.3.6.** No caso dos fluidos substituídos, estes devem ser recolhidos pela CONTRATADA que deve dar a destinação adequada aos mesmos, respeitando toda a legislação aplicável de manuseio, transporte, reciclagem e destinação final.
- 4.2.** Os produtos fornecidos deverão ser novos e de acordo com as condições do Termo de Referência, aplicando-se as normas do Código de Defesa do Consumidor.
- 4.3.** O transporte de todos os equipamentos e materiais até o local especificado pelo TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ (TRE-PR) será de total responsabilidade da empresa contratada (inclusive os procedimentos de seguro, embalagem e transporte até o local especificado).
- 4.4.** A contratada deverá responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais ou materiais ocasionados por seus empregados durante a execução dos serviços, ora contratados.
- 4.5.** A contratada obrigará-se a manter-se em compatibilidade com a habilitação e com as obrigações assumidas na licitação até o adimplemento total da contratação.
- 4.6.** A entrega de materiais e equipamentos deverá ser agendada com os fiscal/gestor, previamente, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, sob o risco de não ser autorizada.
- 4.7.** A verificação quanto ao estado dos equipamentos e demais materiais após o transporte será de exclusiva responsabilidade da empresa contratada, sendo que, quaisquer danos observados no transporte, a qualquer tempo, deverão ser reparados pela empresa contratada, sem qualquer solidariedade por parte do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ (TRE-PR).
- 4.8.** Os serviços de manutenção preventiva programada, que não impliquem em paralisação do rack autônomo, serão realizados pela CONTRATADA dentro do horário de expediente do TRE-PR (normalmente das 12:00 às 19:00), podendo ser acompanhado por técnicos da SECTI do TRE-PR.
- 4.9.** Em casos de necessidade de paradas programadas, a CONTRATADA deverá agendar a execução com os gestores do contrato, em horários distintos do expediente da CONTRATANTE, não gerando qualquer ônus à CONTRATANTE quanto ao pagamento de horas extras.
- 4.10.** A CONTRATADA deverá apresentar, ao final de cada atendimento, relatório técnico completo relativo às condições de conservação, manutenção, operação e características de todos os subsistemas e elementos envolvidos na manutenção, por ocasião das visitas de manutenção preventiva (semestralmente) ou corretiva.

- 4.11.** No caso de manutenções corretivas, a CONTRATADA deverá estar acompanhada pelo fiscal do contrato ou por profissional da Seção de Infraestrutura de Datacenter e Servidores (SIDS) do TRE-PR.
- 4.12.** A CONTRATADA deverá fornecer ART (Anotação de responsabilidade Técnica) referentes aos serviços de manutenção objeto deste Contrato em até 60 (sessenta) dias da assinatura do mesmo, assinada pelo responsável técnico da empresa perante o CREA-PR, com validade durante a vigência do contrato.
- 4.13.** A CONTRATADA deverá dispor de mão-de-obra idônea, capacitada e na quantidade necessária para realização do atendimento e prestação dos serviços de manutenção.
- 4.14.** Todos os colaboradores da CONTRATADA que estiverem prestando serviços no *rack autônomo* deverão estar devidamente uniformizados, identificados mediante a utilização de crachá e usando EPI'S (Equipamentos de Proteção Individual) adequados aos serviços a serem realizados, enquanto permanecerem nas dependências da CONTRATANTE.
- 4.15.** A manutenção, conservação e a guarda das ferramentas/equipamentos será de responsabilidade da CONTRATADA.
- 4.16.** No caso em que a CONTRATADA venha, como resultado de suas operações, prejudicar ou sujar áreas incluídas ou não no setor de seu trabalho, deverá recuperá-las ou limpá-las, deixando em seu estado original.
- 4.17.** A CONTRATADA deverá agendar e/ou confirmar com os gestores do contrato por e-mail a data da manutenção preventiva ou corretiva, informando, além da data, o nome dos funcionários e outras informações que se fizerem necessárias.
- 4.18.** Será de responsabilidade da CONTRATADA a correção das anomalias verificadas durante a execução das manutenções.
- 4.19.** A CONTRATADA deverá substituir, sempre que for exigido pelo TRE-PR, independentemente da prestação de justificativa por parte deste, o profissional cuja atuação, permanência ou comportamento for julgado prejudicial, inconveniente ou insatisfatório à disciplina da Instituição ou ao interesse do serviço.
- 4.20.** Não será permitido aos técnicos da CONTRATADA o acesso às áreas dos prédios que não aquelas necessárias ao trabalho dos mesmos.
- 4.21.** Impende ressaltar que todos os serviços prestados pela CONTRATADA devem estar de acordo com:
- 4.21.1.** As normas da ABNT.
- 4.21.2.** As prescrições e recomendações dos fabricantes dos equipamentos e sistemas envolvidos.
- 4.21.3.** As normas internacionais, na falta das normas da ABNT.
- 4.21.4.** Observar as leis, regulamentos e normativas referente aos serviços previstos neste termo de referência, obedecendo a melhor tecnologia e técnica vigente.

- 4.21.5.** Às normas referentes à segurança e medicina do trabalho (exemplo: NR 06, NR 10 e demais).
- 4.22.** Os casos não abordados serão definidos pelos gestores do contrato de maneira a manter o padrão de qualidade previsto para os serviços em questão.
- 4.23.** Nenhuma modificação poderá ser feita nas especificações dos equipamentos e instalações, sem autorização expressa dos gestores do contrato.
- 4.24.** Qualquer dano ou prejuízo causado ao TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ (TRE-PR) ou a terceiros, na execução dos serviços, serão de exclusiva responsabilidade da empresa contratada e deverão ser reparados às suas expensas.
- 4.25.** Serão de exclusiva responsabilidade da empresa contratada, sem qualquer espécie de solidariedade por parte do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ (TRE-PR), as obrigações de natureza fiscal, previdenciária, trabalhista e civil, em relação ao(s) técnico(s) alocado(s) para prestação dos serviços de manutenção, instalação, configuração e suporte.
- 4.26.** O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ (TRE-PR) não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da empresa contratada para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.
- 4.27.** Os serviços que envolvam altos ruídos e barulhos incompatíveis com o nível de concentração necessário às atividades laborais na edificação em questão, deverão ser realizados nos horários de baixa ocupação predial, ou ainda nos finais de semana e feriados, mediante a autorização do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ (TRE-PR).
- 4.28.** A empresa contratada é responsável integralmente pela segurança de seus veículos e equipamentos, movimentação de pessoal ou material, assumindo a responsabilidade por qualquer acidente com seu pessoal, e ou provocado por estes a terceiros, durante os trabalhos.
- 4.29.** A empresa contratada responsabilizar-se pelo pagamento dos salários, transportes e refeições aos seus empregados, bem como o recolhimento de todos os impostos, contribuição previdenciária ou social, taxas e encargos de natureza trabalhista, fiscal e parafiscal, diretos ou indiretos, decorrentes da prestação dos serviços, que sejam de sua responsabilidade legal, não se estabelecendo qualquer vínculo empregatício entre o TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ (TRE-PR) e a empresa contratada, bem como de seus profissionais designados para acompanhamento do projeto.
- 4.30.** A empresa contratada deverá prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ (TRE-PR) obrigando-se a atender de imediato todas as reclamações a respeito da qualidade dos serviços executados.

- 4.31. A empresa contratada deverá comunicar imediatamente ao TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ (TRE-PR), para adoção de medidas cabíveis, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a vigência deste contrato.
- 4.32. A empresa contratada deverá cumprir e fazer cumprir todas as normas sobre medicina e segurança do trabalho e diligenciar para que seus empregados e representantes trabalhem com Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), tais como capacetes, botas, luvas, capas, óculos, cintos e equipamentos adequados para cada tipo de serviço que estiver sendo desenvolvido. O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ (TRE-PR) poderá paralisar os serviços, enquanto tais empregados não estiverem protegidos. O ônus da paralisação correrá por conta da empresa contratada, mantendo-se inalterados os prazos contratuais.
- 4.33. A empresa contratada deverá fornecer todo o equipamento necessário, tais como ferramentas, máquinas e aparelhos, adequados à execução dos serviços.
- 4.34. A empresa contratada é responsável pela remoção de entulhos e detritos acumulados no local do serviço, bem como o transporte para local apropriado e autorizado pelo Poder Público.
- 4.35. É de responsabilidade da empresa contratada a recomposição de toda e qualquer área afetada em consequência do desenvolvimento dos trabalhos (pisos, alvenarias, concretos, instalações em geral, etc.), conforme padrão de acabamento existente.
- 4.36. Manter sigilo acerca de todos os dados e informações a que tiver acesso por ocasião da contratação. Só divulgar informações acerca da prestação dos serviços objeto deste contrato que envolvam o nome da Contratante mediante sua prévia e expressa autorização. Tratar todas as informações a que tenha acesso em função do presente contrato em caráter de estrita confidencialidade, agindo com diligência para evitar sua divulgação verbal ou escrita, ou permitir o acesso, seja por ação ou omissão, a qualquer terceiro. Manter por si, por seus prepostos e contratados, irrestrito e total sigilo sobre quaisquer dados que lhe sejam fornecidos.
- 4.37. A contratada deverá, durante a vigência do contrato, prestar todas as informações solicitadas pelos gestores, esclarecendo dúvidas, inclusive, dando todo o suporte necessário no que tange a levantamentos e estudos referentes ao objeto da contratação, **no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos.**
- 4.38. Apresentar ao Gestor da contratação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da assinatura do contrato, o Termo de Sigilo e Responsabilidade (conforme item 11.2 do Edital e modelo de seu **Anexo III**), garantindo o cumprimento da Política de Segurança da Informação da Justiça Eleitoral.
- 4.38.1. O documento acima referido deverá ser preenchido e assinado pelo Representante Legal da Empresa.

5. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Da garantia: A garantia da solução será de 60 (sessenta) meses contados a partir da finalização do comissionamento. Durante o período de garantia deverão ser substituídos todo e qualquer componente que apresentar mau funcionamento, desgaste ou indicação de falha.

5.1.1. Está incluso na garantia todos os procedimentos de manutenção corretiva e preventiva, conforme descrito neste Termo de Referência.

5.2. Da manutenção corretiva

5.2.1. Entende-se por Manutenção Corretiva os procedimentos destinados a recolocar o *rack autônomo* em plena condição de funcionamento e desempenho após a ocorrência de defeitos imprevisíveis e repentinos, compreendendo o fornecimento e substituição de peças e ajustes necessários, sem ônus à CONTRATANTE.

5.2.2. A CONTRATADA prestará os serviços *on site*, ou seja, nos locais em que se encontram os equipamentos instalados, indicados pela CONTRATANTE no momento da contratação, durante todo o período contratual.

5.2.3. A manutenção será prestada em regime 24 x 7 (24 horas por dia e 7 dias por semana) com vistas a manter os equipamentos e sistemas fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE. Nesse sentido, o contrato de manutenção deve englobar:

5.2.3.1. Todos os custos necessários ao transporte, por correio ou transportadora, dos equipamentos ou ainda traslado e a estada de técnicos ou qualquer outro tipo de serviço necessário para o cumprimento contratual.

5.2.3.2. A remoção dos defeitos apresentados pelos equipamentos, substituição de peças, materiais e outros componentes que sejam disponibilizados pelo fabricante dos equipamentos.

5.2.3.3. A manutenção consistirá na reparação das eventuais falhas dos equipamentos e programas, mediante a substituição de peças e/ou componentes que se apresentem defeituosos ou ainda a correção de programas, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas para os equipamentos e sistemas.

5.2.4. Ficam definidos os tempos de início e de solução de atendimento como:

- 5.2.4.1.** Tempo de início de atendimento: Prazo decorrido entre a abertura do chamado efetuada pelo TRE-PR à prestadora de serviço e o efetivo início dos trabalhos de assistência técnica.
- 5.2.4.2.** Tempo de solução de atendimento: Prazo decorrido entre a abertura do chamado pelo TRE-PR e a recolocação da solução em pleno estado de funcionamento.
- 5.2.5.** Ficam definidos os níveis de criticidade do atendimento como:
- 5.2.5.1.** Nível CRÍTICO: Representa um incidente crítico que possa tornar inoperante qualquer serviço de Tecnologia da Informação essencial à manutenção dos sistemas e da atividade finalística da CONTRATANTE.
- 5.2.5.2.** Nível URGENTE: Representa um incidente que está causando ou irá causar uma degradação do ambiente operacional do ambiente físico seguro do rack autônomo. Apesar da degradação, continuam em operação os serviços essenciais para a manutenção dos sistemas e da atividade finalística da CONTRATANTE.
- 5.2.5.3.** Nível ROTINA: Representam falhas mínimas que não estão afetando o desempenho, serviço ou operação dos sistemas e da atividade finalística da CONTRATANTE, ou ainda a função afetada só é usada eventualmente ou temporariamente.
- 5.2.6.** De acordo, então, com os níveis de criticidade apresentados durante a abertura do chamado, ficam definidos os prazos de atendimento e de solução pela CONTRATADA, contados a partir da data e hora da abertura do chamado pela CONTRATANTE, conforme a tabela a seguir.

Nível de Criticidade	Prazos
CRÍTICO	<ul style="list-style-type: none"> a. Prazo de 3 (três) horas para início do atendimento presencial. b. Prazo de 6 (seis) horas para solução de contorno do incidente. c. Apresentação de relatório do incidente com descrição e previsão de solução definitiva em até 72 (setenta e duas) horas.
URGENTE	<ul style="list-style-type: none"> a. Prazo de 06 (seis) horas para início do atendimento presencial. b. Prazo de 24 (quarenta e oito) horas para solução de contorno do incidente. c. Apresentação de relatório do incidente com descrição e previsão de solução definitiva em até 5 (cinco) dias corridos.
ROTINA	<ul style="list-style-type: none"> a. Prazo de 48 (quarenta e oito) horas para início do atendimento presencial. b. Prazo de 72 (setenta e duas) horas para solução de contorno ou definitiva do incidente. c. Apresentação de relatório do incidente com descrição e previsão de solução definitiva em até 5 (cinco) dias úteis.

5.2.7. A CONTRATADA deverá disponibilizar os meios para abertura de chamado, devendo, minimamente, contar com um número telefônico 0800, ou telefone local com DDD 041, e endereço de e-mail específico para esse fim. O atendimento deverá ser realizado 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, incluindo feriados. Outros meios de acionamento podem ser disponibilizados pela CONTRATADA, ficando a critério do TRE-PR o seu uso.

- 5.2.8.** Os gestores do contrato e/ou equipe técnica da CONTRATANTE deverão ser informados de todos os procedimentos a serem realizados com antecedência, bem como os horários que as equipes técnicas efetuarão os reparos. Tal medida é imprescindível para o acompanhamento dos trabalhos e para a liberação de acesso por parte do serviço interno de segurança.
- 5.2.9.** A CONTRATADA deverá manter cadastro de toda a equipe técnica que poderá vir a acessar as dependências/equipamentos da CONTRATANTE, seja presencial ou remotamente. Esta relação deve ser enviada à CONTRATANTE no início do contrato e atualizada constantemente. O cadastro de cada funcionário deve conter no mínimo:
- 5.2.9.1.** Nome completo.
- 5.2.9.2.** Número de RG.
- 5.2.9.3.** Número de CPF.
- 5.2.10.** O atendimento, seja remoto ou presencial, somente poderá ser realizado por profissionais que estejam devidamente cadastrados.

5.3. Manutenção preventiva

- 5.3.1.** Entende-se por Manutenção Preventiva uma série de procedimentos destinados a conservar o *rack autônomo* em perfeito estado de funcionamento, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas, de forma a manter a continuidade operacional e preservar a vida útil dos equipamentos, bem como garantir a segurança do ambiente, dos bens e informações nele depositados.
- 5.3.2.** A manutenção programada preventiva dos elementos do *rack autônomo* ocorrerá na periodicidade semestral, sendo as datas acordadas com o TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL (TRE-PR), levando-se em consideração os fatores: importância das instalações, propensão a avarias e regulamentação aplicável.
- 5.3.3.** Durante estas intervenções poderão ser substituídos equipamentos / componentes de duração limitada (definida pelo fabricante ou pela legislação), devendo ainda ser feita uma avaliação criteriosa do estado das instalações, identificando-se possíveis pontos de ruptura atual ou iminente, assim como avaliação de possíveis erros de projeto e/ou construção do ambiente.

- 5.3.4.** Os serviços deverão ser prestados de acordo com as normas de certificação do *rack autônomo*, obrigatoriamente, por profissionais habilitados, qualificados, treinados e credenciados para o desempenho das tarefas, com supervisão de um engenheiro, habilitado e credenciado para o desempenho das atividades.
- 5.3.5.** Para a perfeita execução do contrato, a CONTRATADA deverá executar o serviço de manutenção de acordo com as especificações aqui contidas, além de seguir o que determina as normas técnicas aplicáveis ao objeto deste termo, e em especial:
- 5.3.5.1.** NBR 5410 – Instalações elétricas de baixa tensão.
- 5.3.5.2.** NBR 6880 – Conjuntos de manobra e controle de baixa tensão montados em fábrica.
- 5.3.5.3.** NBR 9441 – Execução de sistemas de detecção e alarme de incêndio.
- 5.3.5.4.** NBR 14565 – Procedimento básico para elaboração de projetos de cabeamento de telecomunicações para rede interna estruturada.
- 5.3.5.5.** ANSI/EIA/TIA TR-42.7.1 – Copper Cabling System Workgroup – Category 6 – draft 10.
- 5.3.5.6.** ANSI/EIA/TIA-568B – Commercial Building Telecommunications Cabling Standard.
- 5.3.5.7.** EIA/TIA-569-A – Commercial Building Standard Telecommunications Pathways and Spaces.
- 5.3.5.8.** EIA/TIA-607 – Commercial Building Grounding / Bonding Requirements.
- 5.3.5.9.** NFPA – National Fire Protection Association (vol. 72 e 2001).
- 5.3.6.** Todos os custos para a execução do serviço de manutenção preventiva contratado (peças, serviços, mão de obra, equipamentos e outros inerentes ao objeto) deverão ser considerados no custo informado na proposta comercial, não podendo a CONTRATADA aplicar outros custos estranhos ao objeto do contrato.
- 5.3.7.** A CONTRATADA, no prazo de 10 (dez) dias corridos após a assinatura do contrato, deverá apresentar cronograma anual, com as respectivas sugestões de datas, juntamente com Plano de Manutenção, o qual elencará a programação das manutenções preventivas, as quais deverão ser realizadas, no mínimo, conforme as periodicidades determinadas neste termo de referência.
- 5.3.8.** A CONTRATANTE poderá solicitar alterações nas datas originalmente previstas no cronograma apresentado pela CONTRATADA, desde que solicitadas com, pelo menos, 3 (três) dias úteis de antecedência.

- 5.3.9.** As manutenções deverão abranger todos os componentes do *rack autônomo* descritos neste termo de referência.
- 5.3.10.** Manutenções feitas parcialmente ou incompletas, serão consideradas como não executadas.
- 5.3.11.** As manutenções programadas preventivas deverão ocorrer preferencialmente nos dias e horários de expediente da CONTRATANTE, ou seja, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, das 12:00h às 19:00h.
- 5.3.12.** Todos os serviços de manutenção preventiva serão prestados nas dependências da CONTRATANTE, onde se encontram instalados os equipamentos e seus componentes. Somente será permitida a retirada de peças ou equipamentos, para reparo ou substituição em outro local, com a prévia anuência e autorização dos gestores do contrato.
- 5.3.13.** Todas as peças de reposição, materiais e componentes utilizados no serviço contratado deverão ser originais do fabricante dos equipamentos/instalação, novos, de boa qualidade e adequados tecnicamente para compor o *rack autônomo* e seus sistemas integrados.
- 5.3.14.** As peças, materiais e componentes novos instalados passarão a ser de propriedade da CONTRATANTE.
- 5.3.15.** As peças, materiais e componentes já usados, substituídos, com exceção dos fluidos, deverão ser entregues à CONTRATANTE, limpos, embalados e identificados adequadamente para que a mesma dê o destino dos mesmos, conforme política de sustentabilidade, indicada no item 4.1.
- 5.3.16.** No caso dos fluidos substituídos, estes devem ser recolhidos pela CONTRATADA que deve dar a destinação adequada aos mesmos, respeitando toda a legislação aplicável de manuseio, transporte, reciclagem e destinação final.
- 5.3.17.** A CONTRATADA deverá ministrar um treinamento anual, sem custo adicional para a CONTRATANTE, sobre a utilização/funcionamento do *rack autônomo*, devendo ser definido junto à CONTRATANTE a quantidade de participantes, data e a duração do treinamento.
- 5.3.18.** DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA PROGRAMADA

5.3.18.1. Para a perfeita execução dos serviços a serem realizados, deverão ser adotados, pela CONTRATADA, os seguintes procedimentos com relação aos diversos subsistemas que compõem o *rack autônomo*.

5.3.18.2. INFRAESTRUTURA

5.3.18.2.1. Verificar as condições dos leitos aramados e a alteração da rota.

5.3.18.2.2. Verificar e corrigir, se necessário, alinhamento de eletrocalhas, eletrodutos e afins.

5.3.18.3. ELÉTRICA

5.3.18.3.1. Verificar e testar todas as tomadas, corrigir ou substituir caso for necessário.

5.3.18.3.2. Verificar todos os bornes e suas identificações, corrigir ou substituir caso for necessário.

5.3.18.3.3. Verificar a fiação de todos os circuitos, corrigir ou substituir caso for necessário.

5.3.18.4. MONITORAMENTO AMBIENTAL

5.3.18.4.1. Deverá verificar os parâmetros de configuração e os sensores de temperatura, umidade, tensão, simulando as condições de alarme e verificando o envio de mensagens e alertas programados.

5.3.18.4.2. Inspeccionar o cabeamento dos alarmes, conectores de interligação, o painel frontal e a comunicação TCP/IP.

5.3.18.4.3. Realizar as configurações e reprogramação do módulo de controle e seus parâmetros de configuração, quando necessário ou solicitado.

5.3.18.5. SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO DE AR CONDICIONADO DE PRECISÃO:

5.3.18.5.1. Deverá elaborar e apresentar PMOC – Plano de Manutenção, Operação e Controle de acordo com: a Portaria nº 3.523/GM do Ministério da Saúde de 28 de agosto de 1998 e as Resoluções RE-176 de 24.10.00 e a RE-09 de 16.01.03, ambas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

5.3.18.5.2. Verificar os filtros de ar, substituir caso for necessário.

5.3.18.5.3. Deverá fazer limpeza interna e externa (tanto do aparelho como das bandejas, filtros, serpentinas, condensadoras, evaporadoras, painel e outros).

5.3.18.5.4. Deverá fazer a lubrificação e ajustes, de forma a prevenir problemas posteriores por falta de conservação.

- 5.3.18.5.5.** Deverá verificar toda a parte elétrica do aparelho, bem como a rede elétrica que alimenta o mesmo.
- 5.3.18.5.6.** Deverá verificar toda a rede de cobre que interliga a evaporadora e a condensadora, corrigir ou substituir caso for necessário.
- 5.3.18.5.7.** Verificar válvulas e eventuais vazamentos e proceder à limpeza geral.
- 5.3.18.5.8.** Deverá verificar, fazer testes, balanceamento e regulagem dos sistemas.
- 5.3.18.5.9.** Deverá verificar e medir o balanceamento das vazões de ar, corrigir ou substituir caso for necessário.
- 5.3.18.5.10.** Deverá fazer testes das condições operacionais.
- 5.3.18.5.11.** Deverá verificar e testar os compressores, corrigir ou substituir caso for necessário.
- 5.3.18.5.12.** Deverá verificar as serpentinas.
- 5.3.18.5.13.** Deverá verificar os ventiladores.
- 5.3.18.5.14.** Deverá verificar as condições do isolamento das tubulações de cobre, corrigir ou substituir caso for necessário.
- 5.3.18.5.15.** Deverá re-apertar suportes e fixações e verificar vazamentos.
- 5.3.18.5.16.** Deverá verificar se as leituras constantes nos painéis digitais das máquinas expressam leituras corretas.
- 5.3.18.5.17.** Deverá verificar se existe uma versão de firmware do ar condicionado mais atualizada e realizar a atualização do mesmo.
- 5.3.18.5.18.** Testar pontos de ajustes (*set point*) de temperatura e umidade e de intertravamento de alarmes.
- 5.3.18.5.19.** Deverá verificar e testar os demais componentes do sistema de climatização, corrigir ou substituir caso for necessário.
- 5.3.18.5.20.** Deverá incluir a troca e/ou complementação de fluído refrigerante caso for necessário.
- 5.3.18.6.** SISTEMA DE UPS (“NO-BREAK”).

- 5.3.18.6.1.** Deverá realizar limpeza dos circuitos de potência do retificador, inversor, chave estática e outros.
- 5.3.18.6.2.** Verificar o funcionamento dos ventiladores / exaustores.
- 5.3.18.6.3.** Deverá calibrar o equipamento, quando necessário.
- 5.3.18.6.4.** Deverá ajustar, regular e verificar os testes de operação de todos os acoplamentos existentes nos equipamentos.
- 5.3.18.6.5.** Verificar as proteções, caso for necessário substituir.
- 5.3.18.6.6.** Deverá verificar todas as conexões, caso for necessário fazer o reaperto.
- 5.3.18.6.7.** Deverá verificar a fadiga dos componentes.
- 5.3.18.6.8.** Deverá verificar se as leituras constantes nos painéis digitais expressam leituras corretas.
- 5.3.18.6.9.** Deverá verificar se existe uma versão de firmware do UPS mais atualizada e realizar a atualização do mesmo.
- 5.3.18.6.10.** Deverá verificar toda a parte elétrica do aparelho, bem como a rede elétrica que alimenta o mesmo.
- 5.3.18.6.11.** Verificar o funcionamento dos equipamentos de uma forma geral e do banco de baterias.
- 5.3.18.6.12.** Deverá verificar o estado das carcaças de cada bateria.
- 5.3.18.6.13.** Deverá medir as tensões das baterias.
- 5.3.18.6.14.** Deverá verificar e substituir os terminais e conexões oxidados, quando for o caso.
- 5.3.18.6.15.** Deverá fazer o reaperto das interligações.
- 5.3.18.6.16.** Deverá fazer revisão completa dos chicotes (incluindo a interligação entre o UPS e o banco de baterias).
- 5.3.18.6.17.** Deverá realizar limpeza interna e externa do UPS e das próprias baterias.

5.3.18.6.18. Quando constatar comprometimento das condições de operação (vida útil comprometida), do estado do conjunto de baterias, a CONTRATADA deverá apresentar relatório para que a CONTRATANTE efetue a compra das mesmas. Embora a compra seja efetuada pela CONTRATANTE os serviços de substituição ficarão à cargo da CONTRATADA sem quaisquer custos adicionais, obedecendo ao estipulado neste termo de referência.

5.3.18.6.19. A necessidade de substituição de baterias deverá ser registrada no relatório de manutenção preventiva. Os insumos para substituição serão fornecidos pela CONTRATANTE.

5.3.18.6.20. As baterias substituídas deverão ser recolhidas pela CONTRATADA, que se encarregará do seu encaminhamento a depósito apropriado, conforme normativos legais em vigor.

5.3.18.7. SISTEMA DE DETECÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO:

5.3.18.7.1. Verificar e testar a central de sinalização e comando e corrigir caso for necessário.

5.3.18.7.2. Verificar e testar todos os detectores de incêndio, corrigir ou substituir caso for necessário.

5.3.18.7.3. Verificar e testar os acionadores manuais e sirene de alarme, corrigir ou substituir caso for necessário.

5.3.18.7.4. Verificar e testar o cilindro de gás e suas tubulações.

5.3.18.7.5. Verificar e testar as interfaces do sistema de detecção, corrigir ou substituir caso for necessário.

5.3.18.7.6. Verificar atuação dos laços de detecção de incêndio.

5.3.18.7.7. Verificação de parâmetros da Central de Alarme, reprogramando-os quando necessário.

5.3.18.7.8. Verificar o difusor de gás, corrigir ou substituir caso for necessário.

6. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

- 6.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3.** As comunicações entre o órgão e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4.** O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 6.6.** A gestão e execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelos servidores formalmente designados para este fim.
- 6.6.1.** Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal/gestor emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.7.** O fiscal/gestor do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.7.1.** O fiscal/gestor tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.
- 6.8.** O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7. DO RECEBIMENTO

- 7.1. Do recebimento provisório:** após a entrega dos equipamentos e componentes da solução, a empresa deverá vistoriar, emitir relatório e dar início ao projeto executivo para

que sejam recebidos provisoriamente no prazo de até 10 (dez) dias corridos, por comissão formalmente designada pela Secretaria de Tecnologia da Informação - SECTI.

7.2. Do recebimento técnico: os bens serão recebidos tecnicamente no prazo de até 15(quinze) dias corridos, após a entrega final da execução e ateste provisório, pelo integrante técnico da equipe de fiscalização do contrato, para efeito de verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.

7.3. Do recebimento definitivo: os bens serão recebidos definitivamente no prazo de até 15(quinze) dias corridos, contados do recebimento técnico, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante apresentação do relatório técnico e aprovação de instalação, comissionamento e testes de funcionamento da solução, após a verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.

7.4. Dos bens rejeitados: os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência devendo ser substituídos no prazo de até 20 (vinte) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.4.1. A não retirada dos bens rejeitados no prazo acima fixado acarretará a requisição do material em favor do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, pela configuração da perda da propriedade, por abandono, de acordo com o artigo 1275 do Código Civil, aplicado subsidiariamente à Lei nº 14.133.

7.4.2. O material referido no item anterior será encaminhado para doação, a ser efetuada em conformidade com o Decreto nº 9.373, de 2018, que regulamenta o desfazimento de material no âmbito da Administração Pública Federal.

8. DOS VALORES MÁXIMOS ESTIMADOS PARA A CONTRATAÇÃO

8.1. Poderá ser adquirido o seguinte item, conforme informações descritas no quadro abaixo:

Item	Descrição	QTD	Valor máximo aceitável unitário	Valor máximo aceitável total
1	Solução de rack autônomo com integração de UPS, climatização, detecção e combate a incêndio e garantia de 60 meses	3	R\$ 358.883,35	R\$ 1.076.650,05

9. DA PROTEÇÃO DE DADOS

- 9.1.** As partes devem cumprir fielmente o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei 13.709/2018.
- 9.2.** A não observância das normas relativas à privacidade de dados pessoais, no contexto da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei nº 13.709/2018 e dos demais normativos mencionados nesta contratação, caracteriza falta e enseja MULTA DE 10% do valor total da contratação.
- 9.3.** É vedado o compartilhamento dos dados pessoais coletados ou repassados em razão da execução deste contrato com terceiros, bem como sua utilização para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 10.1.** As licitantes deverão efetuar suas cotações seguindo rigorosamente as especificações solicitadas, abstendo-se de cotar aqueles que não puderem atender às condições do edital.
- 10.2.** Este Tribunal se reserva ao direito de adquirir o quantitativo que julgar necessário, podendo ser parcial, integral ou NÃO adquirir qualquer quantidade.
- 10.3. Da vistoria:**
- 10.3.1.** Recomenda-se aos licitantes a vistoria técnica ao local para verificações do ambiente, espaço físico, condições elétricas, condições de temperatura, local onde deverá ser instalada a condensadora do sistema de ar-condicionado, caminhamentos elétricos, quadros elétricos, local de carga, descarga e armazenagem de materiais e do canteiro de obras.
- 10.3.1.1.** É vedada a alegação posterior de desconhecimento dos itens mencionados no item anterior.
- 10.3.2.** A visita técnica será realizada na sede do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ (TRE-PR), em horário a ser agendado previamente, visando a ciência e verificação do ambiente técnico, instalações físicas dos equipamentos, instalações elétricas e de ar condicionado e demais aspectos relacionados ao serviço de implantação do *rack autônomo*.

- 10.3.3.** Caso o proponente se exima de realizar a vistoria técnica, toma-se por princípio que o mesmo tem total conhecimento das instalações e atividades a serem realizadas e bens e serviços a serem fornecidos, não sendo cabível qualquer demanda de repactuação ou solicitação de aditivos durante e após o contrato de prestação de serviços.
- 10.3.4.** A vistoria será acompanhada por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 13h00 às 18h00, devendo o agendamento ser efetuado previamente através do e-mail sids@tre-pr.jus.br.
- 10.3.5.** O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até 2 (dois) dias úteis anteriores à data prevista para abertura dos lances.
- 10.3.6.** Para a vistoria, o representante legal da LICITANTE (Procurador ou integrante do quadro societário habilitado para representar a empresa) deverá estar devidamente identificado e ser capaz de comprovar sua habilitação para a realização da vistoria, apresentando, para tanto, documento de identidade civil (com foto) acompanhado de cópia do Contrato Social/Estatuto/assemelhado ou de cópia de instrumento de procuração (público ou particular).
- 10.3.7.** A visita poderá ser realizada pessoalmente por engenheiro ou representante legal da empresa licitante, devidamente identificado e autorizado pela empresa licitante através de procuração ou cópia do contrato social, caso este seja sócio, onde deverão constar o nome do profissional, nº de documento de identidade (RG), autorização para assinatura da certidão de visita em nome da empresa e telefone de contato da empresa.
- 10.3.8.** A visita terá um cronograma específico, definido pelo TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ (TRE-PR), conforme roteiro abaixo. A empresa deverá seguir o roteiro, juntamente com o técnico do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ (TRE-PR). Somente após o cumprimento de todo o roteiro a empresa estará apta a receber a certidão de visita, que será emitida imediatamente após o término da visita e entregue ao representante técnico da licitante mediante recibo.
- 10.3.9.** O roteiro mínimo para a visita técnica consiste:
- 10.3.9.1.** Verificação do ambiente, espaço físico, da área onde será implantado o *rack autônomo*.
- 10.3.9.2.** Verificação das condições elétricas, condições de temperatura, acessos e área para trabalho.

10.3.9.3. Verificação do local onde será instalada a condensadora do sistema de ar-condicionado.

10.3.9.4. Verificação dos caminhamentos elétricos e quadros elétricos.

10.4. Dúvidas poderão ser sanadas com a Seção de Infraestrutura de Datacenter e Servidores (SIDS), por meio dos telefones (41) 3330-8614, 3330-8626, 3330-8713, 3330-8713, 3330-8791, 3330-8890 e 3330-8988, ou pelo e-mail sids@tre-pr.jus.br.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E
CONTRATOS - SEÇÃO DE ELABORAÇÃO DE EDITAIS

ANEXO II

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº .../2024

O Tribunal Eleitoral do Paraná – Órgão Gerenciador, situado na Rua João Parolin nº 224 – Prado Velho, Curitiba-PR, inscrito no CNPJ sob o nº 03.985.113/0001-81, neste ato representado por sua Diretora-Geral, Solange Maria Vieira, nos termos da Lei nº 14.133/21, do Decreto nº 11.462/23 e demais legislações aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº 90.010/2024 (PAD 8976/2023), **RESOLVE registrar o(s) preço(s) ofertado(s) pelo fornecedor abaixo:**

Empresa:
CNPJ:
Nome do representante legal:
Endereço completo:
CEP:
Telefone:
E-mail:
Banco:
Agência:
Nº Conta Corrente:

1. DO OBJETO, ITENS REGISTRADOS E PROCEDIMENTOS PARA A CONTRATAÇÃO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **Registro de preços para contratação de empresa especializada para fornecimento, instalação, implantação, integração e manutenção de uma solução de “Racks Autônomos”, visando a proteção dos ativos de TI, simplificar a gestão e garantir a disponibilidade do Data Center secundário**, visando atender às necessidades do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, conforme o edital, as especificações e condições do Termo de Referência (**Anexo I** do edital) e a proposta de preços apresentada, os quais, independentemente de transcrição, fazem parte deste instrumento, naquilo que não o contrarie.

1.2. Os quantitativos e itens registrados constam no quadro abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	Unidade	Quantidade TRE-PR	PREÇO UNITÁRIO (R\$)

1.2.1. A especificação completa do item encontra-se no Termo de Referência (anexo I) do Edital.

1.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços.

1.4. Da contratação dos itens registrados:

1.4.1. Esta Ata não obriga o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná a firmar contratações com o fornecedor cujos preços tenham sido registrados, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do objeto desta Ata, observada a legislação pertinente, sendo assegurada preferência de fornecimento ao detentor do registro, em igualdade de condições.

1.4.2. Quando e se houver necessidade da contratação, o TRE-PR notificará o fornecedor registrado quanto à requisição do objeto, mediante o envio da nota de empenho e, se for o caso, convocação para posterior assinatura do contrato.

1.4.3. Das obrigações do fornecedor:

1.4.3.1. Fornecer o objeto conforme especificação e preço registrados.

1.4.3.2. Observar e cumprir todas as condições estabelecidas no Termo de Referência (Anexo I do edital).

1.4.3.3. Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas.

1.4.3.4. Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas.

2. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

2.1. Constituem obrigações do órgão gerenciador, dentre outras previstas no art. 7º do Decreto 11.462/23:

- a) Gerenciar a Ata de Registro de Preços;
- b) Remanejar os quantitativos da Ata, observando o disposto no item 9;
- c) Conduzir as negociações para alteração ou atualização dos preços registrados, conforme disposto no item 6;

- d) Aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta Ata de Registro de Preços em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, e registrá-las no SICAF;
- e) Deliberar quanto à adesão posterior de órgão e entidades não participantes, conforme disposto no item 3;
- f) Aceitar, excepcionalmente, a prorrogação do prazo previsto no item 3.3, nos termos do item 3.3.1.

2.2. Constituem obrigações do órgão participante, dentre outras previstas no art. 8º do Decreto 11.462/23:

- a) Tomar conhecimento da Ata de Registro de Preços, inclusive quanto a eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições;
- b) Assegurar-se, quando do uso da Ata de Registro de Preços, de que a contratação a ser realizada atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados;
- c) Zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações assumidas pelo fornecedor e pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços ou de obrigações contratuais;
- d) Aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informar as ocorrências ao TRE-PR e registrá-las no SICAF; e
- e) Prestar as informações solicitadas pelo TRE-PR quanto à contratação e à execução da demanda destinada ao seu órgão ou entidade.

3. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES (ADESÃO)

3.1. Durante a vigência da Ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

- a) Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- b) Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
- c) Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

3.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços,

observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador.

3.2.1. O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná somente autorizará a adesão após a aceitação do fornecedor.

3.3. Após a autorização do TRE-PR, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até 90 (noventa dias), observado o prazo de vigência da ata.

3.3.1. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante, aceita pelo TRE-PR, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

3.4. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 3.1.

3.5. Dos limites para as adesões:

3.5.1. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

3.5.2. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

3.6. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

4. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CONTRATOS DELA DECORRENTES

4.1. Esta Ata de Registro de Preços tem vigência de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

4.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua

vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

4.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 4.2 deverá ser assinado no prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

4.2.2. Os contratos decorrentes do sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133/21.

5. DO CONTROLE E GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. O controle e o gerenciamento desta Ata de Registro de Preços serão realizados pelos gestores da contratação, formalmente designados, por meio de ferramenta própria disponibilizada pelo Governo Federal (Gestão de Atas), no que se refere a:

- a) Quantitativos e saldos;
- b) Solicitações de adesão;
- c) Remanejamento de quantidades.

6. DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO E NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Da alteração ou atualização dos preços registrados: Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações.

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

6.1.3. Na hipótese de reajustamento dos preços registrados, nos termos do item 6.3.

6.2. Da negociação dos preços registrados:

6.2.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o TRE-PR convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.2.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.2.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o órgão convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

6.2.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

6.2.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/21.

6.2.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.2.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.2.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 7.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/21, de 2021, e na legislação aplicável.

6.2.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

6.2.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 7.2, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

6.2.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.2.2 e no item 6.2.2.1, o órgão atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

6.2.2.6. O órgão comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/21.

6.3. Do reajuste:

6.3.1. Os preços inicialmente registrados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 18/09/2023.

6.3.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados anualmente, mediante a aplicação, pelo contratante e exclusivamente para o saldo remanescente da ata de registro de preços, do índice IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), editado pelo Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor – SNIPC.

7. DAS SANÇÕES

7.1. Conforme disposto na minuta do contrato.

8. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. Do cancelamento do registro do fornecedor: o registro do fornecedor será cancelado, pelo órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

8.1.1. Descumprir as condições desta ata de registro de preços bem como do edital e seus anexos.

8.1.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.

8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.1.5. O cancelamento será precedido de processo administrativo a

ser examinado pelo órgão gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

8.1.6. A comunicação do cancelamento do registro do fornecedor, será feito por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

8.1.7. No caso de o fornecedor encontrar-se em lugar ignorado, incerto ou inacessível, a comunicação será feita por publicação, no Diário Oficial da União, considerando-se cancelado o registro do fornecedor, a partir do 5º dia útil, a contar da publicação.

8.2. Do cancelamento dos preços registrados: o cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- a) Por razão de interesse público;
- b) A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- c) Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.2.1. A solicitação do fornecedor para cancelamento do registro de preço, não o desobriga do fornecimento dos bens/prestação dos serviços até a decisão final do órgão gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceite as razões do pedido.

9. DO CADASTRO DE RESERVA

9.1. O Cadastro de Reserva é formado pelas licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação, e pelas licitantes que mantiverem sua proposta original.

9.1.1. A listagem dos fornecedores que compõem o Cadastro de Reserva referente ao presente Registro de Preços consta anexa a esta Ata.

9.2. Poderá haver o chamamento dos fornecedores registrados no Cadastro de Reserva nas seguintes situações:

- a) Quando a licitante vencedora não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos neste edital;
- b) Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

10. DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nesta Ata de registro de preços poderão ser remanejadas pelo TRE-PR, nos termos do art. 30 § 1º do decreto nº 11.462/23.

10.2. O TRE-PR poderá realizar o remanejamento para órgão ou entidade não participante, observados os limites previstos no item 3 desta Ata.

10.2. Competirá ao TRE-PR autorizar o remanejamento solicitado.

10.3. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

11. DO FORO

11.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Curitiba-PR. para dirimir as dúvidas oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

11.2. E por estarem assim, justos e contratados, as partes assinam a presente, em formato digital, para um só efeito legal.

Curitiba, ____ de _____ de 2024.

(Assinatura Representante legal)
Nome do Representante Legal:.....
Cargo:

Solange Maria Vieira
Diretora-Geral do TRE-PR

Anexo III – Termo de Sigilo e Responsabilidade

Declaro que tomei conhecimento da **Res. TSE 23.501/2016**, que estabelece a **Política de Segurança da Informação da Justiça Eleitoral**, incluindo as demais normas relativas à segurança da informação, publicadas na **Intranet do TRE-PR**.

Comprometo-me a seguir a normas vigentes e zelar pelo sigilo das informações que me forem confiadas, assim como fazer uso adequado dos recursos tecnológicos que estiverem à minha disposição, sob pena das sanções previstas.

Nome Completo	Assinatura

Cargo ou Função	Empresa

Local	Data

Este documento deve ser armazenado por, no mínimo, um ano após o encerramento do contrato.



CONTRATO Nº/2024.

PAD nº 8976/2023

ANEXO IV

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO DE FORNECIMENTO GARANTIA
que entre si fazem o TRIBUNAL REGIONAL
ELEITORAL DO PARANÁ e a empresa
.....

Pelo presente instrumento, regido pela Lei nº14.133/2021 e legislações pertinentes, Pregão Eletrônico nº./2024, sob a forma de Registro de Preços, e a proposta vencedora, protocolada neste Tribunal sob o nº. 8976/2023 (PAD principal), regularmente autorizada pelo ordenador de despesas, de um lado o:

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ, inscrito no **CNPJ sob nº. 03.985.113/0001-81**, com sede na Rua João Parolin, nº. 224, Prado Velho, Curitiba/PR, CEP: 80.220-902, telefone: (41) 3330-8500, regularmente autorizado pelo ordenador de despesa, neste ato representado por sua Diretora-Geral, Solange Maria Vieira, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa:

....., inscrita no **CNPJ sob nº**, com sede em Cidade/UF, na Rua, nº., bairro, CEP:, telefone: (...), e-mail:, neste ato representada por, doravante denominada **CONTRATADA**, têm entre si justo e acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 – O presente contrato tem por objeto o **fornecimento, instalação, implantação, integração e manutenção de uma solução de “Racks Autônomos”**, visando a proteção dos ativos de TI, simplificar a gestão e garantir a disponibilidade do Data Center secundário deste Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, conforme especificações descritas neste Contrato.

1.2 - A Contratação obedecerá ao estipulado neste contrato, bem como às disposições do edital de licitação e seus anexos, que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste contrato.

1.3 - De acordo com o art. 6º da Lei nº 14.133/2021, incisos X e XIII, esta contratação será realizada por preço certo de unidades determinadas.

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

2.1 – Da descrição do objeto: a contratada deverá fornecer a solução completa e atender todos os requisitos conforme descritos no ANEXO I - Termo de Referência.

2.2 – Do local de entrega: as entregas deverão ser realizadas no Fórum Eleitoral de Curitiba, na Rua João Parolin nº 55 – Prado Velho, Curitiba/PR, no horário das 13h às 18h, mediante prévio agendamento junto à Seção de Infraestrutura de Datacenter e Servidores, através dos e-mails sids@tre-pr.jus.br ou coinf@tre-pr.jus.br.

2.3 – Do recebimento do objeto pelo TRE/PR:

2.3.1 - Do recebimento provisório: após a entrega dos equipamentos e componentes da solução, a empresa deverá vistoriar, emitir relatório e dar início ao projeto executivo para que sejam recebidos provisoriamente no prazo de até 10 (dez) dias corridos, por comissão formalmente designada pela Secretaria de Tecnologia da Informação - SECTI.

2.3.2 - Do recebimento técnico: os bens serão recebidos tecnicamente no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, após a entrega final da execução e ateste provisório, pelo integrante técnico da equipe de fiscalização do contrato, para efeito de verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.

2.3.3 - Do recebimento definitivo: os bens serão recebidos definitivamente no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento técnico, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante apresentação do relatório técnico e aprovação de instalação, comissionamento e testes de funcionamento da solução, após a verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.

2.3.4 - Dos bens rejeitados: os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência devendo ser substituídos no prazo de até 20 (vinte) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

2.3.4.1 - A não retirada dos bens rejeitados no prazo acima fixado acarretará a requisição do material em favor do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, pela configuração da perda da propriedade, por abandono, de acordo com o artigo 1275 do Código Civil, aplicado subsidiariamente à Lei nº 14.133.

2.3.4.2 - O material referido no item anterior será encaminhado para doação, a ser efetuada em conformidade com o Decreto nº 9.373, de 2018, que regulamenta o desfazimento de material no âmbito da Administração Pública Federal.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE, DA CONTRATADA E DA PROTEÇÃO DE DADOS

3.1 - As obrigações e responsabilidades da contratada, bem como as condições exigidas pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) - Lei nº 13.709/2018, estão discriminadas no Termo de Referência.

3.2 - Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como com todas as condições exigidas para a habilitação na licitação.

3.3 - Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

3.4 - Incumbe ao CONTRATANTE:

I - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com os termos da proposta apresentada, do Termo de Referência, edital e demais anexos, bem como deste instrumento contratual;

II - Decidir sobre as solicitações relacionadas à execução do contrato que venham a ser solicitados pela CONTRATADA referentes ao objeto da contratação, inclusive as de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro.

III - Efetuar o pagamento à CONTRATADA no prazo estabelecido neste instrumento;

IV - Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicação de sanções e alterações.

CLÁUSULA QUARTA: DA VIGÊNCIA

4.1 – O presente contrato vigorará pelo período de **65 (sessenta e cinco) meses**, a partir da data da assinatura, podendo ser rescindido antecipadamente nos termos previstos na Lei nº 14.133/2021.

4.1.1 – Os prazos de entrega , recebimento provisório e definitivo será de 5 meses e o prazo de garantia será de 60 meses, nos termos previstos no termo de referência – anexo I.

CLÁUSULA QUINTA: DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

5.1 – Os recursos serão destinados à contratação conforme abaixo:

Programa de Trabalho;

Nota de Empenho:, emitida em/..../.....;

Elemento de despesa:;

Categoria Econômica:;

SIASG: 348.787

CLÁUSULA SEXTA: DA GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

6.1 – A fiscalização e a gestão serão realizadas por servidores devidamente designados pela Administração, nos termos previstos no anexo I - Termo de referência.

6.2 - O acompanhamento e a fiscalização da execução deste Contrato consistem na verificação, pelo CONTRATANTE, da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste.

6.2.1 - A existência desse acompanhamento não exige a CONTRATADA de quaisquer responsabilidades sobre erros ou omissões que surgirem ou vierem a ser constatadas no decorrer da execução contratual.

CLÁUSULA SÉTIMA: DO PAGAMENTO

7.1 - O valor total a ser pago à CONTRATADA, pelo fornecimento do objeto deste contrato será de **R\$.....** (.....), conforme a seguir especificado:

Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Solução de rack autônomo com integração de UPS, climatização, detecção e combate a incêndio e garantia de 60 meses			

(Adequar conforme a quant a ser contratada)

7.1.1 - O pagamento a ser efetuado em favor da CONTRATADA estará sujeito à retenção na fonte, de todo e qualquer tributo, de acordo com os normativos legais que incidirem sobre o objeto.

7.2 – Do documento fiscal:

7.2.1 – O documento fiscal deverá atender os requisitos abaixo, podendo ser emitido na forma eletrônica - NOTA FISCAL ELETRÔNICA, nos termos da legislação vigente, devendo ser encaminhado ao gestor do contrato do TRE/PR por e-mail, sids@tre-pr.jus.br ou coinf@tre-pr.jus.br, em formato PDF.

7.2.1.1 – O CNPJ cadastrado no sistema comprasnet/documentos de habilitação, deverá ser o mesmo para efeito de emissão da nota fiscal/fatura para posterior pagamento.

7.2.1.2 - Caso a CONTRATADA não possa emitir a nota fiscal/fatura com o mesmo CNPJ habilitado na licitação, poderá fazê-lo através da eventual matriz ou filial da mesma empresa CONTRATADA. Nesse caso, ambos os CNPJs (CONTRATADA e eventual matriz ou filial utilizada) deverão estar com a documentação fiscal regular e atender obrigatoriamente os seguintes requisitos:

- CNPJ da CONTRATADA
- CNPJ do TRE/PR: 03.985.113/0001-81;
- Data de emissão da nota fiscal;
- Descritivo dos valores unitários e totais,
- Número do contrato
- Banco
- Agência
- Número da conta corrente (obrigatoriamente da própria CONTRATADA)

7.3 – Das condições do pagamento:

7.3.1 - O pagamento somente ocorrerá depois de atestado pelo gestor do contrato designado para esta finalidade, à conformidade dos serviços prestados. O atestado será realizado, obedecendo o prazo e formulário específico, conforme dispositivos legais deste TRE/PR.

7.3.2 - O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente, conforme indicação da CONTRATADA no documento fiscal, por intermédio de ordem bancária, de acordo com os

seguintes prazos:

7.3.2.1 – Prazo para atestado da Nota fiscal: **até 05 (cinco) dias úteis** a partir do aceite da nota fiscal pelo gestor, a qual deverá ser enviada pela empresa somente após cumpridas todas as exigências contratuais.

7.3.2.1.1 - A Nota Fiscal/Fatura, após o atestado do gestor da contratação, será encaminhada à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, para que se efetive o pagamento.

7.3.2.2 – Prazo para pagamento da Nota Fiscal: **até 10 (dez) dias** após o atestado da Nota fiscal pelo Gestor.

7.3.3 – Será considerado como data do pagamento, o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.3.4 – O gestor da contratação do TRE/PR procederá à conferência dos requisitos da nota fiscal/fatura, que deverá estar de acordo com as descrições contidas na nota de empenho, bem como apresentar o mesmo número de CNPJ cadastrado, habilitado e constante nos documentos entregues, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ, salvo na hipótese prevista no item 7.2.1.2.

7.3.4.1 – Havendo erro na apresentação do documento fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o TRE/PR.

7.3.5 – O TRE/PR, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, do montante a pagar à CONTRATADA, acréscimos decorrentes de mora no recolhimento de tributos/contribuições, bem como de multa decorrente de previsão deste contrato.

7.3.6 - DA CORREÇÃO MONETÁRIA: Na ocorrência de eventual atraso de pagamento e, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido para tanto, serão devidos encargos moratórios pelo TRE/PR, entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento, mediante solicitação formal do interessado, que serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$ (onde i = taxa percentual anual no valor de 6%)

$I = (6/100)/365$

7.4 – Da regularidade fiscal:

7.4.1 – Todo e qualquer pagamento, decorrente da presente contratação, será precedido de verificação, por parte do TRE/PR, da regularidade fiscal da CONTRATADA em vigor na data do pagamento.

7.4.1.1 – A CONTRATADA inadimplente quanto à regularidade fiscal estará sujeita à abertura de processo administrativo pelo Gestor da contratação do TRE/PR, visando à regularização.

7.4.1.1.1 – Permanecendo a inadimplência poderá haver rescisão contratual, independentemente da aplicação das sanções previstas neste contrato.

7.4.2 – A regularidade de que trata o subitem anterior poderá ser verificada:

- a) por meio de consulta on-line no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e/ou;
- b) por meio de consulta aos sites oficiais e/ou;
- c) por meio da apresentação de documentação, pela CONTRATADA, anexada ao documento fiscal.

7.4.2.1 – O resultado das consultas, de que trata as alíneas acima, serão realizadas pelo setor financeiro responsável e deverão constar do processo de pagamento.

CLÁUSULA NONA: DO REAJUSTE

9.1 -Os preços inicialmente registrados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 28/02/2024.

9.1.1 - Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados anualmente, mediante a aplicação, pelo contratante e exclusivamente para o saldo remanescente da ata de registro de preços, do índice IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), editado pelo Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor – SNIPC.

CLÁUSULA DÉCIMA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 - O descumprimento de quaisquer das obrigações descritas no presente instrumento poderá ensejar abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, de acordo com o **art. 156 da Lei nº 14.133/2021**, com a possível aplicação das seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo máximo de três anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

10.2 - Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que da infração provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.3 - Poderão ser aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas cometidas, as seguintes sanções:

a) ADVERTÊNCIA: Quando a contratada der causa à inexecução parcial, e não se justificar a imposição de penalidade mais grave, não puníveis com multa.

a.1) São condutas de natureza LEVE, passíveis de advertência:

	Relação de descumprimentos
1	Irregularidade perante às certidões obrigatórias - FGTS, INSS, CNDT e Fazenda Federal, podendo aumentar a graduação conforme o caso;
2	Atraso em substituir o bem entregue em desacordo com as especificações e no prazo estabelecido;
3	Falta de retorno às comunicações do TRE ;
4	Descumprimento às normas de sustentabilidade especificadas no presente instrumento.

b) MULTA: A sanção de multa será aplicada ao responsável por quaisquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, observando-se os seguintes parâmetros:

Graduação da sanção	Relação de descumprimentos	Dosimetria e base de incidência
MÉDIA	a) Multa moratória pelo atraso na entrega do objeto, limitado a 20 (vinte) dias. a.1) Excepcionalmente, a partir do 21º (vigésimo primeiro) dia, caso presente o interesse público, a Administração poderá aceitar a entrega do objeto ou item (ns) da contratação, sem prejuízo da incidência da multa prevista no item acima.	0,2% (zero vírgula dois por cento) ao dia, incidindo sobre o valor do(s) item (ns) empenhado(s).

GRAVE	<p>b) Multa compensatória em razão de:</p> <p>I - fornecimento em desacordo com o solicitado;</p> <p>II - recusa em substituir o objeto quando constatado que não atende às características exigidas ou apresenta quaisquer defeitos.</p> <p>III - não substituição do(s) bem(ns) em desacordo com as especificações do Termo de Referência, no prazo de 10 (dez) dias da notificação da contratada.</p> <p>IV - não observância dos prazos estabelecidos no item 5.2 do Termo de Referência, relativamente ao nível de criticidade considerado de “rotina”</p> <p>V - atraso injustificado superior aos prazos estabelecidos nas alíneas “a” e “a.1”.</p>	10% (dez por cento), sobre o valor do objeto ou item (ns) da contratação.
GRAVÍSSIMA	<p>c) Multa compensatória em razão de:</p> <p>I - da não observância dos prazos estabelecidos no item 5.2 do Termo de Referência, relativamente aos níveis de criticidade considerados “urgente” e “crítico”</p> <p>II - do inadimplemento total, caracterizado pela não entrega do objeto contratado.</p>	20% (vinte por cento), sobre o valor total contratado.

10.3.1- Será aplicada a sanção de **Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União**, nos termos do § 4º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, nos casos de:

a) inexecução parcial do contrato que cause dano grave à administração. Penalidade: impedimento pelo período de até 1 (um) ano;

b) inexecução total do contrato. Penalidade: impedimento pelo período de até 2 (dois) anos;

c) retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado. Penalidade: impedimento pelo período de até 2 (dois) anos;

11.3.2 - Será aplicada a sanção de **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, nos termos do §5º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, nos casos de:

a) apresentar documentação ou declaração falsa. Penalidade: declaração de inidoneidade de até 3 (três) anos;

b) praticar ato fraudulento. Penalidade: declaração de inidoneidade de até 4 (quatro) anos;

c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza. Penalidade: declaração de inidoneidade de até 4 (quatro) anos;

d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação. Penalidade: declaração de inidoneidade de até 5 (cinco) anos;

- e)** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013. Penalidade: declaração de inidoneidade de até 5 (cinco) anos.
- f)** inexecução parcial do contrato que cause dano grave à administração. Penalidade: declaração de inidoneidade de até 3 (três) anos;
- g)** inexecução total do contrato. Penalidade: declaração de inidoneidade de até 4 (quatro) anos;
- h)** retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado. Penalidade: declaração de inidoneidade de até 3 (três) anos.

10.3.3 - As multas poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções.

10.4 - A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

10.5 - A reincidência de situações ensejadoras de penalidades sujeitará a contratada à penalidade de natureza imediatamente superior, à medida de sua gravidade, conforme o impacto na execução da contratação.

10.6 - A aplicação de qualquer sanção administrativa será precedida de abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, considerando-se eficazes as intimações e notificações encaminhadas ao endereço eletrônico (e-mail) informado no sistema de cadastramento de fornecedores - SICAF.

10.7 - As multas imputadas à contratada, cujo montante seja superior ao mínimo estabelecido pelo Ministério da Economia (Portaria nº.75 do Ministério da Fazenda, publicada em 22/03/2012 - art. 1º, inciso I) e não pagas no prazo concedido pela Administração, serão inscritas em Dívida Ativa da União e cobradas com base na Lei nº 6830/80, sem prejuízo da correção monetária.

10.8 - A contratada autoriza desde já o desconto de multa pré-determinada em processo administrativo que garanta a ampla defesa, na primeira fatura a que vier fazer jus.

10.8.1 - Caso não seja possível o desconto, a contratada deverá proceder ao recolhimento por meio de GRU - Guia de Recolhimento da União.

10.9 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente conforme art. 158, § 8º, da Lei nº 14.133/2021.

10.10 - Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

10.11 - A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

10.12 - O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

11.1 – Ficarà o presente contrato extinto a juízo da administração, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nas hipóteses previstas nos arts. 137 e 138 da

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DOS CASOS OMISSOS

12.1 – Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas no art. 92, inciso III, da Lei nº 14.133/2021 de 01.04.2021, e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 7.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO FORO

13.1 - Fica eleito o foro de Curitiba/PR, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que possa vir a ser, para dirimir as divergências oriundas do presente contrato.

13.2 - E por estarem assim, justos e contratados, as partes assinam o presente contrato, em formato digital¹, para um só efeito legal.

Curitiba, de de 2024.

.....
Representante Legal
P/ CONTRATADA

Solange Maria Vieira
Diretora-Geral – TRE/PR
P/ CONTRATANTE

Termo de Referência - ANEXO - I

¹ Excepcionalmente, poderá ser aceito outro formato.